

BIANCA TAVARES MARTINS

A DIVERSIDADE CULTURAL NO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A DIVERSIDADE CULTURAL NO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Trabalho Final de Graduação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Bianca Tavares Martins

Orientadora: Flávia Brito do Nascimento

São Paulo

2022

RESUMO

Em 1972, a UNESCO realiza a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, partindo da ideia da existência de um patrimônio pertencente a toda a humanidade e que deveria por ela ser preservado, independentemente do território em que estivesse localizado. Para avaliar se um bem se encaixa em tal descrição, a UNESCO cria também uma série de critérios, segundo Laurajane Smith (2006), vagos o suficiente para serem flexíveis e permitir uma avaliação “caso a caso”, valendo ao mesmo tempo como instrumento de autoridade, enquanto levam a crer que tais conceitos são parte de um senso comum.

Ao longo dos anos, e especialmente após a década de 1980, a UNESCO passou a rever algumas posturas e adotar medidas inclusivas para uma lista do patrimônio mundial mais balanceada e representativa. Em 2002, o órgão inclui a pauta da diversidade cultural em seu discurso, através da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, e passa a adotar uma série de documentos e ações afirmativas para este fim nos anos subsequentes. Porém, cabe o questionamento: a inscrição de manifestações culturais de outros contextos geográficos, sociais e étnico-religiosos reflete seus sistemas de pensamento ou ainda se pauta em um conceito de cultura produzido pelas elites ocidentais? É possível estabelecer critérios fixos para um patrimônio dito “mundial”, considerando diferentes visões e culturas?

Com base tanto nos documentos do órgão, quanto nos conceitos antropológicos de cultura, diversidade cultural e etnocentrismo, busco, com esta pesquisa, investigar como o ideal de diversidade se traduz nos bens culturais e mistos da Lista do Patrimônio Mundial e nos argumentos para a listagem dos bens culturais listados, comparando-se o período antes e após a inclusão da pauta da diversidade cultural em seu discurso.

Palavras-chave: patrimônio; diversidade cultural; UNESCO

AGRADECIMENTOS

À Flávia, pela orientação atenciosa, por fazer florescer o meu interesse pelo patrimônio, pelas oportunidades e trocas. Obrigada pelos quase 5 anos de parceria;

À minha família, pelo apoio que sempre me deu, por todo o carinho, por valorizar minhas ideias e interesses e por incentivar, de tantas formas, o meu desenvolvimento;

Ao Chico, pela companhia de todas as horas, pelos mimos, pelas risadas, pela ajuda em todos os momentos deste percurso;

Ao Willy, pela ajuda com o projeto gráfico, pelas cores e memes personalizados;

Aos amigos que fiz neste período, dentro e fora da graduação, por estarem sempre presentes, pelas conversas e momentos que me fizeram quem eu sou hoje;

À FAU pelas experiências, pela vivência, por me permitir crescer e descobrir novos caminhos. Levarei as memórias desse período para sempre comigo.

SUMÁRIO

RESUMO	5
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	11
1. DIVERSIDADE CULTURAL – CONCEITUAÇÃO E ABORDAGENS	15
1.1 A concepção antropológica de cultura	15
1.2 Diversidade cultural e etnocentrismo	17
2. O PATRIMÔNIO MUNDIAL	23
2.1 A Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO	23
2.2 UNESCO e a pauta da diversidade cultural	34
3. A DIVERSIDADE CULTURAL NO PATRIMÔNIO MUNDIAL: MÉTRICAS E ANÁLISES	34
3. A DIVERSIDADE CULTURAL NO PATRIMÔNIO MUNDIAL: MÉTRICAS E ANÁLISES	47
3.1 Tabela: Premissa e metodologia	52
3.2 Tabela: A Lista do Patrimônio Mundial após 2002	54
3.2.1 Diversidade étnica e geográfica	54
3.2.2 Diversidade religiosa	54
3.2.3 Diversidade tipológica e social	55
4. DISTORÇÕES E INCONSISTÊNCIAS	57
5. ESTUDO DE CASO: OFICINAS SALITREIRAS DE HUMBERSTONE E SANTA LAURA, CHILE	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	81
Anexo I: Tabela de bens listados pós 2002	82

INTRODUÇÃO

“Qual é, realmente, a diferença entre um vaso grego e a mandioca?” Esta provocação, feita pela bióloga Nurit Bensusan, foi a introdução da palestra “Conexões entre a conservação da natureza e da cultura” ministrada na disciplina “Cidade, História e Patrimônio Cultural”^I, oferecida como parceria entre a USP e a UFRJ no primeiro semestre de 2021. Bensusan prossegue, dizendo que não se tem nenhuma dificuldade em olhar para o vaso e compreendê-lo como um artefato arqueológico, histórico, cultural; mas que não se tem a mesma certeza ao falar da mandioca – planta que não somente foi selecionada e manejada, mas que também envolveu para seu consumo uma série de experimentos para remoção de sua toxicidade.

A domesticação da mandioca é, portanto, o resultado de um conjunto de saberes desenvolvidos por povos indígenas. Ainda assim, temos dificuldade em identificá-la como um patrimônio, pois, segundo Bensusan, toda a ideia sobre o que é um artefato cultural, sobre um objeto que nos permite provar que havia uma cultura em determinado lugar, é concebida a partir de uma visão colonial. E através dessa visão, consolidada através de séculos de dominação ocidental, se torna difícil compreender quais são os registros históricos destas comunidades.

Esse pensamento, entre outras questões levantadas pelos debates na disciplina, me levou a questionar o próprio conceito de Patrimônio Mundial. É possível que haja uma visão neutra, capaz de decidir quais são os bens signi-

I A palestra fez parte do ciclo de debates integrante do curso realizado como parceria de três programas de pós-graduação – o PPGAU FAU USP, o PROARQ UFRJ e o PPGG UFRJ –, reunidos para discutir o patrimônio mundial a partir dos temas das Novas Abordagens em Patrimônio/New Heritage Approaches. Docentes responsáveis: Flávia Brito (FAU USP), Mônica Bahia Schlee (PROARQ/UFRJ), Vera Regina Tângari (PROARQ/UFRJ), Rubens de Andrade (PROARQ/UFRJ) e Rafael Winter Ribeiro (PPGG/UFRJ).

ficativos para toda a humanidade, e, principalmente, quais não o são? E ainda: como estabelecer critérios fixos considerando a grande variedade de culturas entre os países signatários?

Minha primeira hipótese era que não. Me lembrei do caso do templo xintoísta de Ise, no Japão, descrito por Carolina Fidalgo de Oliveira em sua tese de doutoramento (2016), que explicita a importância do contexto cultural para a compreensão de um bem. A autora explica que em 1992, momento em que o Japão assinou a Convenção do Patrimônio Mundial^{II}, o país expressiu preocupação quanto à listagem do templo, cuja prática de conservação é baseada na sua reconstrução periódica. Tal ritual constitui uma expressão da compreensão do tempo para esta determinada cultura religiosa, marcada pela circularidade. Contrariamente, a concepção ocidental de tempo é linear e sua passagem é demonstrada através da materialidade, de forma que o ritual em questão era incompatível com a noção de autenticidade para a UNESCO.

Porém, apesar dessa divergência, o debate foi acatado pela UNESCO, que realizou em 1994 a Conferência de Nara sobre a autenticidade. O documento resultante desta conferência afirma que a atribuição de valor a um bem pode variar entre culturas e mesmo dentro de uma mesma cultura, de forma que ele não pode ser julgado a partir de critérios fixos, e que “o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam” (UNESCO, 1994, p. 3). Além da Conferência de Nara, diversas reuniões e encontros foram promovidos pelo órgão ao longo dos anos 1990 e 2000 para ouvir especialistas do patrimônio de outros contextos e realidades, gerando debates e críticas que acabaram por alterar, ainda que gradualmente, muitas das concepções iniciais do órgão.

Assim, o diálogo horizontal entre culturas e a atualização constante dos documentos patrimoniais foi a alternativa oferecida pela UNESCO para fazer a Lista do Patrimônio Mundial resistir ao teste do tempo. Era necessário, então,

investigar se tais debates realmente foram incorporados ao discurso do órgão e se essa estratégia era suficiente para balancear a lista.

O caso emblemático do templo de Ise e seus desdobramentos foram a minha motivação inicial para realizar esta pesquisa. Somados às discussões suscitadas pela disciplina Cidade, História e Patrimônio Cultural, estes me levaram a descobrir e a estudar conceitos como o etnocentrismo e a decolonialidade, aos quais busquei relacionar o meu objeto principal de estudo durante a graduação – o patrimônio.

Minha proposta foi, portanto, analisar a trajetória da UNESCO, a partir tanto dos documentos do órgão como de autores que fazem uma leitura crítica da postura do órgão, como Lynn Meskell, Laurajane Smith, Rosane Piccolo Loretto, Carolina Fidalgo de Oliveira, entre outros. O foco da pesquisa são as iniciativas do órgão para tornar a Lista do Patrimônio Mundial mais representativa, buscando-se investigar como se deu a inclusão do tema da diversidade cultural em seus objetivos. O propósito, aqui, foi estudar não a salvaguarda dos bens, mas sim o discurso do órgão, como este se transformou ao longo do tempo e sua aplicação nas inscrições. Além disso, como metodologia, foram realizadas tabelas e gráficos para organizar as informações e permitir uma análise mais visual do tema.

II Tal discussão é abordada no item 2.1.

1. DIVERSIDADE CULTURAL – CONCEITUAÇÃO E ABORDAGENS

1.1 A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DE CULTURA

Para discutirmos o conceito de diversidade cultural, é importante abordar primeiramente a noção de cultura para a antropologia. Conforme demonstrado por Roque de Barros Laraia (2001, p. 17), a primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico é formulada por Edward Tylor em 1871 (em seu livro *Primitive Culture*) e a conceitua como sendo todo o comportamento aprendido. Ainda segundo o autor, a diversidade seria, portanto, “o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” e assim, uma das tarefas da antropologia seria a de ‘estabelecer, grosso modo, uma escala de civilização’” (TYLOR apud LARAIA, 2001, p. 17).

Assim como Edward Tylor, os teóricos da então incipiente antropologia foram fortemente influenciados por Darwin e seu livro “*A Origem das Espécies*”, publicado em 1859. Os estudos sobre cultura da segunda metade do século XIX apresentam uma perspectiva hierarquizada sobre as sociedades e correspondem ao evolucionismo unilinear, conjecturando que “era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas ‘sociedades mais avançadas’” (LARAIA, 2001, p. 19).

Segundo o autor, ainda no século XIX, surgiram teorias que buscavam explicar as diferenças de comportamento entre os homens através de argumentos somatológicos e mesológicos. Argumentos como o determinismo biológico, que atribuía capacidades específicas como inatas a determinadas “raças”, e o determinismo geográfico, que considerava que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural, foram posteriormente refutadas por antropólogos ao longo do século XX. Autores como Felix Keesing e Marshall David Sahlins demonstraram em seus estudos que não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais e que o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado – do processo de endoculturação. Sobre a relação entre cultura e meio ambiente, Sahlins afirma:

“A posição da moderna antropologia é que a “cultura age seletivamente”, e não casualmente, sobre seu meio ambiente, “explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura” (SAHLINS apud LARAIA, 2001, p. 14).

Contrapondo-se à concepção evolucionista de cultura, desenvolve-se no início do século XX a antropologia funcionalista, abordando cada cultura não a partir da comparação com outras, mas sim de acordo com sua própria lógica e a partir das funções de suas práticas e instituições. É a partir desta corrente que ocorre a consagração da etnografia (modelo clássico) como método privilegiado da antropologia (VIEIRA, 2017), isto é, a sistematização do conhecimento sobre outros povos através do contato direto do antropólogo com as sociedades estudadas, mediante trabalho de campo, de longo prazo, e observação participante.

A partir do pensamento funcionalista, desenvolvem-se ao longo do século diversas correntes teóricas da Antropologia Moderna – evolucionismo multilinear, correntes estruturalista e interpretativista, etc. –, cada uma trazem

do novos aportes à discussão sobre cultura e diversidade. Assim, a concepção antropológica de cultura possui diversas conceituações e sofre transformações constantes. Pode-se, porém, distinguir alguns princípios comuns a todas estas interpretações: i) a capacidade de produzir cultura é inerente ao ser humano e ii) toda e qualquer sociedade possui cultura (VIEIRA, 2017). Sendo assim, posto que existem diferentes sociedades que se distinguem por suas especificidades culturais, pode-se dizer que a humanidade possui grande diversidade cultural.

1.2 DIVERSIDADE CULTURAL E ETNOCENTRISMO

Diversidade cultural trata-se, portanto, da multiplicidade de formas de organização e de compreensão do mundo entre os diferentes povos, não ficando restrita a um único aspecto como etnia ou religião, por exemplo. Segundo Claude Lévi-Strauss,

“Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades; duas culturas elaboradas por homens pertencentes a uma mesma raça podem diferir tanto ou mais que duas culturas provenientes de grupos racialmente afastados. Em segundo lugar, ao contrário da diversidade entre as raças, que apresentam como principal interesse a sua origem histórica e a sua distribuição no espaço, a diversidade entre as culturas põe uma vantagem ou um inconveniente para a humanidade, questão de conjunto que se subdivide, bem entendido, em muitas outras” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 54).

A percepção das diferenças entre sociedades e de nossa própria lógica, práticas e símbolos, “não como parâmetro de hierarquização entre nossos modelos e os modelos desses outros, mas sim como diferenças culturais que fazem parte da pluralidade e da riqueza cultural da nossa sociedade” (VIEIRA, 2017), é o que nos permite reconhecer a diversidade cultural. A este exercício, dá-se o

nome de *relativismo cultural*.

O relativismo cultural, segundo Paulo Meneses (1999, p. 22), permite o respeito sincero pela cultura e sociedade dos outros povos e abrange três significados ou princípios: i) que a validade de todo e qualquer elemento de uma cultura depende do contexto em que está inserido, ou seja, só tem sentido em função do conjunto; ii) que as culturas são relativas e não há, portanto, cultura, nem elemento dela, que tenha caráter absoluto - não devendo ser abordadas a partir de juízos de valor; e iii) que as culturas são equivalentes – nenhuma cultura é inferior ou superior à outra.

O fenômeno oposto ao relativismo cultural, ou seja, o estudo do “outro” a partir de nossos próprios modelos e concepções é chamado na antropologia de *etnocentrismo* (cujos radicais “etno” e “centrismo” significam respectivamente etnia ou povo e o ato de se colocar como centro ou referência). Segundo Meneses,

“etnocentrismo é um preconceito que cada sociedade ou cada cultura produz, ao mesmo tempo que procura incutir em seus membros normas e valores peculiares. Se sua maneira de ser e de proceder é a certa, então as outras estão erradas, e as sociedades que as adotam constituem ‘aberrações’ (...) Desse modo, a identificação de um indivíduo com sua sociedade induz à rejeição das outras” (1999, p. 19).

Clifford Geertz em “Os Usos da Diversidade” (1999) mostra como a discussão sobre o etnocentrismo é cada vez mais urgente em um mundo globalizado cujas fronteiras culturais e sociais estão gradualmente menos definidas. Segundo o autor, “a globalização, apesar de ter – em muitos casos – diminuído as diferenças entre povos, não tem amenizado os preconceitos e as formas de discriminação que ocorrem em nome dessas diferenças” (p. 13). Se, outrora, as discussões sobre diversidade cultural e etnocentrismo permaneciam na esfera da etnia ou da nacionalidade, na sociedade globalizada ela aborda também questões de classe, gênero, entre outros.

“Agora que aqueles mundos e aquelas maneiras ‘outras’ de pensar não estão em sua maioria realmente alhures, mas são, bem aqui ao lado, alternativas para nós, lacunas (imediatas) entre eu e aqueles que pensam de forma diferente de mim, um certo reajuste dos nossos hábitos retóricos assim como de nosso sentido de missão parece estar na ordem do dia.” (GEERTZ, 1999, p. 29).

Embora o termo “etnocentrismo” seja neutro – no sentido de que não indica quem é o “outro” e quais são os modelos usados como referência –, considerando-se o processo histórico de dominação europeia sobre o resto do mundo, que é sistematicamente legitimado pela supremacia do cânone intelectual europeu (BORBA, 2020, p. 52), o discurso etnocêntrico que presenciamos mais recorrentemente é o que coloca a cultura “ocidental”, isto é, o homem branco, a Europa e o Cristianismo no centro das discussões, em detrimento das outras culturas. É por isso que torna-se impossível na atualidade falarmos em uma história universal, visto que “as histórias universais dos últimos quinhentos anos foram imbricadas em projetos globais” (MIGNOLO, 2003, p. 46).

A compreensão da inescapabilidade de um discurso parcial ao nos referirmos ao “outro” gerou, na década de 1980, um processo de autocrítica na antropologia (CHAMMA, 2018, p. 233), que ficou conhecido como “virada antropológica”. Geertz é fundamental neste movimento, questionando a ideia da “observação neutra” e os processos de representação das culturas, “uma vez que o Ocidente não pode mais se apresentar como o único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro” (ibidem, p. 242).

Partindo desta perspectiva, por volta do início do século XXI ganha força o pensamento decolonial, isto é, um “conceito que problematiza discursos que camuflam relações de dominação, hierarquias, poder e essencialismos” (FERNANDES, 2016, p. 170), representado por autores como Catherine Walsh e Walter D. Mignolo. Estes apontam para a necessidade de se construir macronarrativas na perspectiva da colonialidade:

“Sem tais macronarrativas, relatadas a partir das experiências históricas de múltiplas histórias locais (as histórias da modernidade/colonialidade), seria impossível escapar ao beco sem saída construído, com formas hegemônicas de conhecimento, pela epistemologia moderna e pela reconfiguração das ciências sociais e das humanidades após o século 18” (MIGNOLO, 2003, p. 47).

Desta forma, estes autores apresentam a transgressão da perspectiva histórica eurocêntrica como instrumento para se desvencilhar das armadilhas do etnocentrismo quando da formulação de um discurso sobre outras culturas que não a hegemônica.

Com as transformações na antropologia desde os anos 1980, diversas áreas de conhecimento e práticas relacionadas à cultura tornaram-se objeto de reflexão historiográfica. O campo do patrimônio não ficou incólume neste processo. Gestada na Europa pós Revolução Francesa e imbricada à ideia de monumento histórico (CHOAY, 2001), a noção de patrimônio foi estruturada a partir de princípios ocidentais de valoração e autenticidade e os carregou consigo até o século XX. Segundo Françoise Choay, é em 1972, com a Convenção do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO, que tais valores são expandidos para outras realidades e é proclamada a “universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores na matéria” (2001, p. 223).

Porém, com a revisão do conceito de cultura, tal universalidade é posta em questão, instaurando-se uma série de investigações sobre as práticas ligadas às políticas culturais e de memória. Além disso, a emergência de termos relacionados às manifestações culturais e a revisão dos parâmetros de valoração de testemunhos e bens permitiu uma ampliação da própria noção de patrimônio.

“Estas mudanças de abordagem foram sendo, paulatinamente, incorporadas nos documentos internacionais dedicados à proteção patrimonial com o objetivo de integrar e ampliar os sistemas de identificação, a

atribuição de valor, a conservação e a preservação de bens e expressões culturais, o que certamente possibilitou novas formas de reconhecimento e de salvaguarda do patrimônio cultural. Mas para além disso, essas transformações também subverteram e modificaram o olhar sobre todos os bens acautelados e protegidos desde o início do século XIX, possibilitando a identificação de novas narrativas e outros vetores culturais de significância” (DUARTE; FABRINO, 2022, p. 254).

Segundo Márcia Chuva (2020, p. 28), os processos de forjar patrimônios passam a ser compreendidos como uma ação política – fruto de escolhas. E, visto que na esfera global, tais escolhas foram realizadas por instituições europeias através de valores ocidentais e hegemônicos, a validade de sua aplicação em outros contextos passa a ser questionada. Segundo Márcia Chuva, as mudanças conceituais estruturais que se desenrolam a partir daí “promovem rupturas com a colonialidade do saber e uma virada decolonial” (ibidem, p. 29).

Nos próximos capítulos, buscaremos analisar a abordagem de patrimônio pela UNESCO e a Lista do Patrimônio Mundial, verificando como e quando se deu essa virada de chave e os efeitos da inclusão da pauta da diversidade cultural em seu discurso.



2. O PATRIMÔNIO MUNDIAL

2.1 A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu a Convenção do Patrimônio Mundial partindo da ideia da existência de bens culturais e naturais significativos para toda a humanidade e que deveriam por ela ser preservados, independentemente do território em que estejam localizados. Para o órgão, a justificativa para a preservação de tais bens é a de que estes possuem “valor excepcional universal” (*Oustanding Universal Value* – OUV), isto é, uma “importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade” (UNESCO, 2021, p. 10).

Os bens em questão, são, então, registrados em uma lista – a Lista do Patrimônio Mundial (*World Heritage List*) –, e categorizados como Patrimônio Cultural, Natural ou Misto, além do rótulo de “em perigo” para os bens ameaçados de desaparecimento ou destruição. As propostas de sítios para integrarem a lista devem partir dos Estados-membros (ou seja, os países que assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial, comprometendo-se em proteger seu patrimônio cultural ou natural), através de um inventário compilando os sítios que

estes consideram possuir valor excepcional universal e que possuem o valor Patrimônio Nacional atribuído no país. A UNESCO então procedeu analisando este inventário – chamado Lista Indicativa (*Tentative List*) – e pode, através do Comitê do Patrimônio Mundial, optar pela inscrição de um ou mais bens na lista definitiva, atualizada anualmente.

O órgão atua assessorado por três organizações não governamentais especialistas (“*advisory bodies*”) no tema: o ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais), o ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites* – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e a IUCN (*International Union for Conservation of Nature* – União Internacional para a Conservação da Natureza), organizações cuja legitimidade é expressa, segundo a UNESCO, pela exclusividade na promoção de práticas relacionadas à preservação.

Os bens culturais elegíveis para a Lista do Patrimônio Mundial devem estar em alguma das categorias descritas a seguir (UNESCO, 2021, p. 22):

“Artigo 1º – Para fins da presente Convenção são considerados como ‘patrimônio cultural’:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um Valor Universal Excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º – Para fins da presente Convenção serão considerados como ‘patrimônio natural’:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. Patrimônio misto cultural e natural

Patrimônio misto cultural e natural

(...) Os bens devem ser considerados como ‘patrimônio misto cultural e natural’ se corresponderem em parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da Convenção.

Paisagens culturais

(...) são bens culturais e representam as ‘obras conjugadas do homem e da natureza’ a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas.”

Posto que as categorias citadas aludem ao aspecto material das manifestações, em 2003 é lançado o documento “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” (*Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*), inserindo a modalidade imaterial ao rol de elementos elegíveis a Patrimônio Mundial, que veremos mais adiante; por ora, continuaremos a discussão no âmbito da materialidade.

Para avaliar se um bem material possui valor excepcional universal e pode portanto integrar a lista, a UNESCO apresenta uma série de 10 critérios para seleção apresentados no documento “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial” (*Operational Guidelines for the Imple-*

mentation of the World Heritage Convention) – cuja primeira versão data de 1977 –, dos quais o bem em questão deve corresponder a ao menos um. São eles:

- “(i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;
- (ii) testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;
- (v) ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com o seu meio, sobretudo quando este tornou-se vulnerável devido ao impacto causado por alterações irreversíveis; A análise de qualquer bem para o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial passa pela explicitação do seu Valor Universal Excepcional, definido pelos dez critérios em vigor pela Convenção;
- (vi) estar direta ou materialmente associada a acontecimentos ou tradições vivas, idéias, crenças ou obras artísticas e literárias que têm um significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério deva ser utilizado preferentemente de modo conjunto com os outros critérios).
- (vii) representar fenômenos naturais ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;
- (viii) ser exemplos eminentemente representativos das grandes fases da história da terra, incluído o testemunho da vida, de processos geológicos em curso na evolução das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos;
- (ix) ser exemplos eminentemente representativos dos processos ecoló-

gicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

(x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, compreendidos aqueles nos quais sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da ciência ou da conservação” (UNESCO, 2021, p. 31).

Segundo Diana Farjalla Correia Lima (2015, p. 10), porém, “tais caracterizações valorativas pendem para adjetivações e facultam amplas e vagas interpretações nas falas das instâncias”. Pode-se argumentar que estes critérios expressam julgamentos subjetivos e que, visto que não podem ser comprovados objetivamente, apoiam-se na expertise dos organismos consultivos como instrumento de autoridade. Isto nos leva a um conceito chave para analisarmos a atuação da UNESCO no Patrimônio Mundial: o do “discurso autorizado do patrimônio” (tradução nossa) ou *Authorized Heritage Discourse* – AHD, cunhado por Laurajane Smith em seu livro *Uses of Heritage* (2006). Walkiria Maria de Freitas Martins explica o conceito:

“...a palavra ‘discurso’ que aparece nesse conceito diz respeito a uma prática social, pois, ele organiza os conceitos que tornarão o patrimônio inteligível, mas organizam, também, as maneiras como as pessoas deverão atuar em relação a ele e os conhecimentos que serão produzidos sobre ele, bem como a reprodução desses mesmos conhecimentos (...) O ‘discurso autorizado do patrimônio’ é um discurso ocidental, que se tornou dominante e que atua no sentido de naturalizar afirmações sobre o que é patrimônio e sobre os seus significados. Está intimamente relacionado à questão nacional, à ideia de valores culturais inatos e imutáveis, estes últimos quase sempre relacionados à monumentalidade e à estética” (MARTINS, 2021, p. 514).

Assim, a legitimidade dos órgãos que produzem as cartas patrimoniais é reafirmada através do uso e divulgação destes próprios documentos, que reproduzem um discurso cujos princípios são tão comumente explorados por estas instituições que passam a serem entendidos como “bom senso” (SMITH, 2016, p. 89). Desta forma, a própria UNESCO e os organismos consultivos são, para a autora, “instituições autorizadas do patrimônio” que criam e são simultaneamente mantidas por este discurso, através de “uma atmosfera de consenso que mantém sua autoridade” (MARTINS, 2021, p. 515).

Ainda na análise do AHD, Smith (2016, p. 91) chama a atenção para certos elementos discursivos utilizados na Carta de Veneza, como a estratégia de fazer um apelo moral ao que “deve” ser feito, isto é, preservar valores históricos e estéticos “ínatos” ao monumento para as futuras gerações, sem no entanto se aprofundar em tais questões, reforçando novamente a ideia de “senso comum”. Estes elementos aparecem também com frequência no texto da Convenção de 1972 que, tendo sido escrita apenas 8 anos após a Carta de Veneza, parece ter bebido da mesma fonte: “...determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo” (UNESCO, 1972, p. 1).

Através de critérios vagos o suficiente para permitirem uma avaliação “caso a caso” e de um discurso que coopta os leitores ao redor de um objetivo comum – legitimado por “bom senso” e portanto dispensando explicações mais aprofundadas, porém cuja autoridade pode ser proferida somente pelas organizações internacionais mais renomadas sobre o assunto – a UNESCO consegue ao mesmo tempo apelar para a urgência de seu trabalho e se colocar como a única capaz de fazê-lo. Esta narrativa aparentemente neutra faz com que procedimentos específicos de determinada cultura possam ser mobilizados como “imparciais”. Segundo Smith (2016, p. 93), as narrativas ocidentais de identidade nacional e as experiências e valores da elite histórica e cultural são assim propagados como “discurso autorizado”.

Além dos critérios anteriormente citados para avaliação do Valor

Excepcional Universal, as *Operational Guidelines* afirmam que o bem deve ainda responder a “condições de integridade e/ou de autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda” (UNESCO, 2021, p. 32). Assim como os critérios, os valores de “integridade” e “autenticidade”

“...suscitam discussões quanto aos entendimentos que possam expressar tais significações, bem como quanto às prerrogativas para emitir juízos que determinam qualificações. E no caso dos Documentos Patrimoniais as referências à autenticidade, integridade, excepcionalidade e universalidade apresentam nuances aos sentidos empregados à maneira de uma maleabilidade interpretativa que soa coesa com os intentos do enquadramento patrimonial” (LIMA, 2015, p. 11).

Segundo a UNESCO (2021, p. 32-33, grifo nosso), sobre o conceito de autenticidade:

“...a capacidade de compreender o valor atribuído ao património depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se pode conferir às fontes de informação relativas a esse valor. O conhecimento e a compreensão dessas fontes de informação, no que toca às características originais e subsequentes do património cultural, e ao seu significado acumulado ao longo do tempo, constituem as bases necessárias para avaliar todos os aspectos da autenticidade.

(...) pode-se considerar que os bens satisfazem as condições de autenticidade se os seus valores culturais (tais como são reconhecidos nos critérios da proposta de inscrição) estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais:

- *forma e conceção;*
- *materiais e substância;*
- *uso e função;*

- tradições, técnicas e sistemas de gestão;
- localização e envolvente;
- língua e outras formas de património imaterial;
- espírito e sentimento; e
- outros fatores internos e externos”.

Segundo Françoise Choay (apud LORETTO, 2016, p. 159), o interesse pela autenticidade nas atividades de tutela do patrimônio cultural remete a discussões que antecederam a formação do campo disciplinar da preservação, porém que ganharam destaque no século XIX com o Anti-Restauro defendido por John Ruskin¹. “Esta abordagem de preservação do autêntico enquanto original se refletiu fortemente em alguns documentos doutrinários de preservação, assim como na filosofia subjacente do Icomos e da Unesco” (Ibidem, p. 159).

Carolina Fidalgo de Oliveira (2016, p. 120) discorre sobre a noção de autenticidade para a UNESCO, explicando que do final dos anos 1970 até 1994 o órgão exigia “um ‘teste de autenticidade’ baseado em quatro atributos: *design* (desenho/projeto); *material* (material); *workmanship* (técnicas construtivas) e *setting* (contexto/entorno)”. Desta forma, o teste proposto se baseava na materialidade; a UNESCO ressaltava a necessidade de preservar a matéria original dos bens listados. Tal princípio, porém, reflete uma visão ocidentalizada sobre preservação e autenticidade, conforme explicado pela autora:

“Até então, a preservação defendida pela UNESCO está orientada pela noção de que o refazer contínuo de um monumento histórico leva à perda de autenticidade, posto que o tempo histórico nas culturas ocidentais é entendido como linear e não pode, portanto, ser revivido ou revertido. Por outro lado, em outras culturas, como a de determinadas comunidades religiosas japonesas por exemplo, a preservação está implícita no processo

¹ O teórico condenava as intervenções, afirmando que estas afetavam a autenticidade das edificações e acarretavam a perda de seu significado documental, propondo ao invés destas manutenções periódicas.

milénar de desmontar e reconstruir, porque a própria visão do tempo é marcada pela circularidade e não linearidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 121).

Ainda segundo a autora, a discussão da autenticidade é posta em xeque quando da ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial pelo Japão em 1992, momento em que o país expressa preocupação quanto à aceitação do santuário xintoísta de Ise à Lista do Patrimônio Mundial, visto que este bem é tradicionalmente reconstruído a cada vinte anos como forma de conservação. Para os japoneses de Ise, a conservação do templo estaria baseada em aspectos da cultura imaterial – a prática da reconstrução está associada a uma cultura milénar “como ato de limpeza do local sobre o qual foi edificado e também para a renovação da matéria, que neste caso é a madeira e, portanto, deteriorável” (OLIVEIRA, 2016, p. 122). Tal ritual seria, portanto, incompatível com a noção ocidental de autenticidade proposta pelo órgão, de maneira que a UNESCO decide dispensar a exigência do teste de autenticidade a partir da Conferência de Nara em 1994.

O Documento de Nara, produto da Conferência realizada na cidade, “ressalta que cada cultura lida de forma diferente com seus testemunhos históricos” (OLIVEIRA, 2016, p. 123) e que portanto a autenticidade de cada bem deve ser analisada dentro de seu contexto cultural, não podendo ser verificada a partir de um teste predefinido.

“A diversidade das tradições culturais é uma realidade no tempo e espaço, e exige o respeito, por parte de outras culturas e de todos os aspectos inerentes a seus sistemas de pensamento. Nos casos em que os valores culturais pareçam estar em conflito, o respeito à diversidade cultural impõe o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de cada uma das partes” (UNESCO, 1994, p. 2, grifo nosso).

A UNESCO mobiliza assim o tema da diversidade cultural no documento, afirmando que deve-se imperar o respeito mesmo quando “os valores culturais

pareçam estar em conflito” – ou, pode-se interpretar, quando os valores de determinada cultura pareçam ir de encontro às premissas do Patrimônio Mundial segundo o órgão. Desta forma, a noção de autenticidade é flexibilizada, mas não excluída dos critérios para avaliação dos bens.

Sobre o conceito de integridade, destaca-se o trabalho de Rosane Piccolo Loretto (2016) sobre o tema, no qual ela explica que o termo era usado somente para o Patrimônio Natural de 1977 – ano da primeira publicação das *Operational Guidelines* – até 2005, quando sofre uma ampliação do seu âmbito de aplicação. Segundo a autora, esta ampliação ocorreu em parte como resposta a uma crítica que vinha se desenvolvendo desde o final da década de 1970 e que se intensificou nos anos 1990 à Lista do Patrimônio Mundial, sobre o desbalanço entre a representação cultural e natural no comitê.

No período, o órgão rebateu a crítica afirmando que a baixa representação do Patrimônio Natural devia-se à inabilidade dos Estados-partes em adequá-los aos rígidos critérios de gestão, e passou a estudar estratégias para equilibrar as inscrições. Uma destas estratégias, durante a década de 1980, foi o estabelecimento de critérios para a inscrição de bens com o rótulo “em perigo”, que até então não estava bem definido, e a elaboração de um programa de monitoramento para os bens inscritos. Outra estratégia foi estender a aplicação do critério de integridade também aos bens culturais como forma de equilibrar as inscrições, que só se concretizou em 2005.

Mesmo antes de tal ano, enquanto o conceito era somente aplicável ao patrimônio natural, a abordagem da UNESCO quanto à integridade era alvo de críticas, visto que visava proteger tais áreas da ação antrópica – buscando manter sobre o bem uma aura de “natureza intocada”. Muitos dos bens naturais da lista são, porém, mantidos por povos autóctones, o que gerou discussões especialmente por comunidades africanas, como veremos mais adiante. Segundo Loretto (2016, p. 229), “a exclusão do componente humano do espaço natural da África terminava por afetar as suas práticas tradicionais, vinculadas ao sistema de crenças e costumes locais”.

No caso do patrimônio cultural, segundo Flávia Brito do Nascimento

(2011, p. 49-50), “autenticidade e integridade dependem de atributos como forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições, técnicas e sistemas, localização e espaço, língua, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos”. Estes critérios, segundo a autora, são complexos e pouco claros, assimilando e confundindo a noção de monumento à de monumento histórico:

“O uso da palavra autenticidade, ainda que pouco acurado, para incluir, com justeza, expressões culturais seminais ao redor no mundo, diversas da de tradição judaico-cristã, não justifica a sua aplicação em reconstruções e reparações à idêntica, desconsiderando os critérios da Carta de Veneza” (KÜHL apud NASCIMENTO, 2011, p. 50).

A ambiguidade entre as noções de autenticidade e integridade é frequentemente abordada durante a década de 1990, quando o órgão passa a rever seus conceitos e critérios na busca de uma lista mais equilibrada e representativa. A confusão entre os conceitos era constante no período, já que, apesar de estabelecer condições para a integridade, as *Operational Guidelines* ainda não a conceituavam.

Por volta de 2002, quando da terceira revisão das *Operational Guidelines*, a integridade recebe sua primeira conceituação, sendo relacionada à “medida da inteireza e da intactilidade do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos” (ibidem, p. 243), ainda excluindo a relação homem-ambiente. Com o tempo, a condição de intactilidade foi sendo eliminada para dar espaço a tais manifestações, ainda que não explicitamente.

Atualmente, segundo a UNESCO, todos os bens da Lista do Patrimônio Mundial devem cumprir os critérios de integridade, sendo esta

“...uma medida da totalidade e do caráter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem: a) inclui todos os

elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional; b) é de dimensão adequada para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) padece dos efeitos adversos do desenvolvimento e/ou da negligência” (UNESCO, 2021, p. 33).

Percebe-se, portanto, que a despeito dos esforços da UNESCO de delimitar e manter funcionais tais conceitos, estes foram tratados com “frouxidão teórica” (LORETTO, 2016, p. 298) ao longo dos anos, ora de forma a excluir, ora de forma a incluir elementos – nações, povos, movimentos estéticos, bens culturais ou naturais – da equação.

2.2 UNESCO E A PAUTA DA DIVERSIDADE CULTURAL

Para discutirmos a questão da diversidade cultural no âmbito da UNESCO, é importante discorrermos brevemente sobre o contexto de criação do órgão e seu objetivo.

A UNESCO é a agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1945, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, com a missão de contribuir para a consolidação da paz através da promoção da cooperação internacional por meio da educação, da ciência, da cultura, da comunicação e da informação.

Segundo Lynn Meskell (2018, p. XVI), as aspirações iniciais da UNESCO baseavam-se na retórica modernista de progresso e desenvolvimento, e o que se iniciou como um programa de reconstrução para uma Europa devastada após a guerra, rapidamente se voltou para os países em desenvolvimento na busca de disseminar os “padrões globais” de educação, ciência e cultura – um “ideário de valores totalizador (...) [construído] sob bases de uma hegemonia política e econômica configurada, sobretudo, no cenário geopolítico mundial do pós-segunda guerra” (SCIFONI, 2006, p. 71).

Durante sua primeira década de existência, a UNESCO realizou diversas

missões em países fora da Europa com o objetivo de transmitir informações e incentivá-los a preservar seu patrimônio cultural e natural, missões estas que, segundo Meskell (2018, p. 19), facilitaram a exportação unilateral ou o fluxo de informações, tipicamente de especialistas europeus à seus correspondentes em nações mais pobres.

Segundo Martins (2021, p. 487),

“Essa postura se encaixava perfeitamente, segundo Lynn Meskell, à maneira como os EUA interpretavam o papel da UNESCO: uma agência tecnocrata, apoiada em trabalhos de especialistas e que deveria difundir conhecimentos para as nações menos desenvolvidas, ao invés de se desgastar em uma missão muito mais difícil de manter a paz mundial. A Europa também ficaria satisfeita com tal proposta, tendo em vista sua disposição muito maior em ser vista como centro difusor de conhecimentos e para ampliar sua influência sobre o mundo, do que em receber tudo isso de outras localidades”.

A UNESCO buscava, assim, restabelecer não somente a paz, mas também um processo civilizatório nas esferas científica, cultural e educacional (MESKELL, 2018, p. 32) – objetivo este que foi gradualmente se materializando no âmbito do patrimônio. Ainda que a Convenção do Patrimônio Mundial estivesse longe de se concretizar, Loretto (2016, p. 19) demonstra que na década de 1960 críticas já eram tecidas à tendência internacional de

“apenas preservar ‘poucos e admiráveis exemplares da história arquitetônica de um país’, à custa do esquecimento de outros. Essa ideia decorria do entendimento de que ‘a imposição de padrões internacionais que davam preferência exclusivamente à salvaguarda de obras primas’ segregava o patrimônio de um local, que deveria ser visto como um todo”.^{II}

Como visto anteriormente, a Convenção do Patrimônio Mundial foi estabelecida em 1972, mas só em 1978 ocorreram as primeiras inscrições. Neste período, somente 40 países eram signatários da Convenção, e o órgão contava com um orçamento limitado, dependendo dos repasses financeiros do governo norte-americano.

Ao longo do tempo, a UNESCO foi ampliando seu raio de abrangência e, conforme demonstrado por Loretto, os conceitos abordados em seus documentos eram cada vez mais alvo de desentendimentos terminológicos. Os termos de preservação utilizados pelo órgão frequentemente apresentavam problemas de tradução e, tendo a UNESCO “adotado o inglês e o francês – duas línguas europeias – como os veículos oficiais de comunicação com mundo, as não equivalências linguísticas e axiológicas pesavam ainda mais” (LORETTO, 2016, p. 166).

Seja por isso, ou pela estreiteza da interpretação dos conceitos no período, os critérios e condições propostas pelo órgão até então restringiam sua aplicação de forma a excluir muitos dos bens candidatos à lista. Além disso, havia o desbalanço entre patrimônio cultural e natural já citado anteriormente. Segundo Nascimento, verificou-se que a Europa “era de longe o continente com mais reconhecimentos, principalmente de cidades históricas e edificações religiosas do cristianismo, em geral favorecendo a arquitetura de autor frente à arquitetura vernácula” (2011, p. 46). Tudo isso aumentava as pressões sobre a UNESCO de forma que em 1981 o órgão decide

“...encorajar aqueles países que possuem diversas propriedades já inscritas na lista a exercitar a contenção de nomeações adicionais [especialmente de nomeações culturais], no mínimo por um período limitado de tempo. Isso não deveria ser interpretado como uma sugestão de que aqueles países que ainda não tivessem proposto bens para a inscrição na lista fossem

dissuadidos de fazer nomeações. Pelo contrário, o comitê estava ansioso para assegurar que uma grande variedade de propriedades fosse incluída na Lista do Patrimônio Mundial, tão rápido possível” (UNESCO apud LORETTO, 2016, p. 174).

Assim, a partir da década de 1980 a UNESCO passa a “definir estratégias que garantissem uma maior representatividade da Lista da Patrimônio Mundial, tanto em termos geográficos quanto em termos de tipologias do patrimônio” (MARTINS, 2021, p. 474). Destas, destacam-se a adoção da “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” – documento que conceitua os dois termos apresentados – em 1989; e a inclusão, em 1992, da paisagem cultural como nova categoria a ser protegida.

Esta última acarretou uma série de emendas nos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural:

“A adoção da paisagem cultural favoreceu a abertura da Unesco na direção de uma ampliação do repertório da lista mundial, o que também foi ratificado pelo Estudo Global permeado por novos eixos temáticos. Esperava-se mostrar com novas inscrições nessa categoria, que tal elenco da humanidade era ‘mais que um catálogo de monumentos ou uma simples crônica da história da arquitetura’. Buscava-se combater a ‘noção de obra de arte implícita nos critérios, que nem sempre era aplicável às propriedades inscritas em um tempo que, devido a uma evolução das mentalidades’ estavam ganhando crescente reconhecimento, como as artes populares e tradicionais. Desejava-se que a visão e a escolha dos elementos a inscrever deixassem ‘de ser puramente estéticas’, e sim históricas e antropológicas. Nesse sentido, o crescente interesse global nas paisagens culturais apontou para o entusiasmo quanto aos locais ordinários, que refletiam as atividades cotidianas e os modos de viver. Esperava-se com isso, incluir não apenas lugares de história, mas também aqueles que constituíssem parte vital do caráter de vida contemporâneo, reassegurando um sentido de curso

do tempo com a interpenetração do passado com o presente” (LORETTO, 2016, p. 201-202).

A primeira, porém, segundo Janet Blake (apud SMITH, 2006, p. 107), não atendeu aos anseios dos povos indígenas e outros produtores de expressões imateriais de controlar seu patrimônio, nem ofereceu um processo para manifestação de consentimento e trocas com indivíduos e grupos cujo patrimônio seria “salvaguardado” e “revitalizado”.

O órgão adota também em 1994 a “Estratégia Global para uma Lista do Patrimônio Equilibrada, Representativa e Credível” visando

“tanto corrigir os desequilíbrios da lista entre regiões do mundo, tipos de monumentos e épocas, como passar de uma visão puramente arquitetônica do patrimônio cultural da Humanidade a uma visão muito mais antropológica, multifuncional e global” (GRAVARI-BARBAS, 2014).

A estratégia tem sua aplicação estendida também aos bens naturais em 1996. Como um dos efeitos práticos do documento, Oliveira (2016, p. 141) demonstra que, segundo a Estratégia Global, os dossiês das Listas Indicativas devem incluir “comparações entre o bem proposto e outros bens semelhantes, já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (...) ressaltando em que medida seu reconhecimento contribui para a diversificação da Lista”.

Como outra iniciativa no sentido de ampliar a representatividade da lista, pode-se citar a Carta sobre Patrimônio Construído Vernacular, lançada em 1999, que dispõe sobre a arquitetura vernacular estabelecendo princípios para sua documentação e preservação:

“Nela, reconheceu-se a vulnerabilidade de tais objetos arquitetônicos frente às homogeneizantes forças de globalização. (...) As principais questões endereçadas pelo documento eram referentes aos problemas de obsolescência de conjuntos e edifícios, e de integração com o restante do território.

Segundo a carta, esse patrimônio era parte da paisagem cultural na qual se encontrava inserido, e por isso, as intervenções nas estruturas vernaculares deveriam ser realizadas de modo a respeitar e manter a integridade dos edifícios e do lugar, assim como a relação com seu contexto. Entretanto, para isso, sugeriu-se que cada comunidade criasse um código de ética voltado à utilização de edifícios vernaculares, segundo uma abordagem preservacionista sensível aos códigos culturais da população envolvida” (LORETTO, 2016, p. 202-203).

Em 2000 é realizado o Encontro de Especialistas sobre Autenticidade e Integridade em um Contexto Africano, no qual participaram 17 especialistas de 10 países da África, além dos representantes dos organismos consultivos da UNESCO e membros do conselho científico estabelecido para esse evento. Neste encontro, teceram-se diversas críticas à postura universalizante do órgão e à dificuldade de aplicação dos conceitos de autenticidade e integridade fora do contexto europeu. Foi mencionada também a incompatibilidade linguística no uso destes termos para se referir a bens de determinados locais cujas línguas faladas não necessariamente possuem correspondentes diretos. Entre diversas falas dos especialistas africanos, é possível destacar a de Dawson Munjeri (Zimbábue), que demonstra como os povos autóctones são essenciais para a manutenção de muitos bens naturais, mesmo que isso contraste com a noção de integridade proposta pelo órgão:

“... A noção [de integridade] foi primariamente concebida como designando uma série de zonas materiais onde o maior número de características geológicas, climáticas e biológicas seriam “preservadas” de todas as investidas humanas, entendidas como destruidoras do equilíbrio ecológico. Isso encontra as suas máximas expressões na noção de reservas naturais e de parques nacionais: em essência um „apartheid ecológico“. A solução reside no reconhecimento de que as comunidades indígenas estão integralmente no coração dos ecossistemas que habitam. Elas são parte da equação da

integridade. São elas que podem sancionar o uso do espaço e definir os sistemas de checagem e balanço que prescreve a integridade” (apud LORETTO, 2016, p. 226).

Assim, segundo Loretto (2016, p. 228), a especificidade do patrimônio africano foi responsável por “evidenciar os limites e as inadequações de muitas das definições e operações que eram compartilhadas por Estados-Membros da convenção e por países que não a tinham aderido”.

Desde a década de 1980, portanto, e intensificando-se durante toda a década de 1990 e início dos 2000, temos dois processos ocorrendo simultaneamente: de um lado, o da UNESCO, de buscar diversificar a Lista do Patrimônio Mundial e ampliar a aplicação de seus critérios de forma a abarcar realidades para além do contexto ocidental. Do outro, das críticas ao órgão, tanto de Estados-Membros com bens já listados pelo órgão, porém com argumentos que não os atendia, como dos países excluídos por suas condições. Críticas que agora ganhavam corpo nas conferências em diferentes países, com os termos de preservação melhor conceituados nos documentos e mais difundidos, permitindo que estas sociedades pudessem se apropriar das noções e exprimir contrapropostas baseadas nos seus sistemas de pensamento.

Apesar de todas as movimentações e questionamentos à Lista do Patrimônio Mundial que vinham se acumulando, é somente a partir do ano de 2001 que a UNESCO passa a incluir definitiva e explicitamente a pauta da diversidade cultural em sua estratégia e documentos patrimoniais. No dia 2 de novembro deste ano, na 31ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, é adotada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, além de instituir o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento a ser comemorado dia 21 de maio a partir do ano seguinte.

No documento em questão, a UNESCO discorre sobre cultura e diversidade cultural, sem no entanto conceituá-las:

“A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa

diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras” (UNESCO, 2001, p. 3).

O órgão cita também os direitos humanos como instrumento para garantia de diversidade cultural e o reforça a necessidade do papel do Estado, em parceria com o setor privado e a sociedade civil, para sua manutenção. Além disso, propõe um plano de ação para aplicação do documento que aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade e de respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais.

Em 2003, o termo volta a aparecer no documento “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” (*Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*), que insere a modalidade imaterial ao rol de manifestações culturais elegíveis para inscrição – ainda que em uma lista separada – como Patrimônio Mundial e salvaguarda.

“Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compa-

tível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003, p. 4).

Segundo Smith (2006, p. 106), apesar de o documento oficial ter sido lançado somente em 2003, a UNESCO apresentou preocupações quanto às manifestações imateriais desde o início de sua história. Na década de 1950, questões sobre “folclore” já haviam surgido, e durante os anos subsequentes questões relacionadas foram levantadas especialmente pelos membros “não-ocidentais” durante as reuniões.

Embora o foco deste trabalho seja o patrimônio material, é importante passarmos pelo imaterial pois, segundo o órgão, o patrimônio imaterial é fonte de diversidade cultural e garante o desenvolvimento sustentável. Os temas da diversidade e do patrimônio imaterial estão, assim, intimamente relacionados para a UNESCO. Segundo Izabela Tamaso (2005, p. 16),

“Para atender à clientela ampliada e diversificada, o patrimônio, antes da elite, dos bens materiais, de um passado remoto, dos monumentos e dos grandes heróis, passa agora a ser também aquele das classes populares, de um tempo mais recente, da arquitetura vernacular e da cultura intangível das várias etnias (Lowenthal, 1998). Torna-se, segundo Lowenthal, ‘mais substancial, mais secular, e mais social’”.

Laurajane Smith (2006, p. 109) demonstra que a adoção do patrimônio imaterial pela UNESCO e portanto a ampliação do escopo de atuação do órgão desagradou alguns dos signatários mais antigos da Convenção de 1972. Segundo ela, alguns países ocidentais questionaram a relevância dessa inserção; para outros, com questões de multiculturalismo e onde os direitos dos povos indígenas é questionado, o documento era politicamente problemático. Além disso, a separação do campo do patrimônio da noção de materialidade e monumentalidade foge ao padrão ocidental.

Apesar disso, a Convenção de 2003 ainda perpetua visões de mundo ocidentais e propaga o “discurso autorizado do patrimônio” na romantização de outras culturas como “exóticas”. Barbara Kirshenblatt-Gimblett (apud SMITH, 2016, p. 112) aponta para a contradição de que Nôgaku, uma forma de teatro japonesa, está listada como patrimônio imaterial, enquanto o Ballet Bolshoi ou a Metropolitan Opera não estão – de forma que a criação de duas listas separadas estaria só reafirmando o isolamento entre os contextos ocidentais e não-ocidentais. A autora ainda questiona a inscrição de formas culturais que perpetuam a cultura dominante na lista:

“Admitindo formas culturais associadas com cortes reais e templos financiados pelo Estado, ainda que não europeus, a lista do patrimônio imaterial preserva a divisão entre o Ocidente e o resto e produz uma lista fantasma de patrimônio imaterial, uma lista de tudo que não indígena, não minoria, e não não-Occidental, ainda que não menos imaterial”.^{III}

Em 20 de outubro de 2005, o órgão lança outro documento que tem como tema central a diversidade cultural – a “Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, cujo texto base já tinha sido apresentado mesmo antes da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Neste, a UNESCO conceitua a diversidade cultural, além de outros termos relacionados:

“‘Diversidade cultural’ refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se ex-

III Tradução nossa. No original: “By admitting cultural forms associated with royal courts and state sponsored temples, as long as they are not European, the intangible heritage list preserves the division between the West and the rest and produces a phantom list of intangible heritage, a list of that which is not indigenous, not minority, and not non-Western, though no less intangible”.

pressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados” (UNESCO, 2005, p. 4).

Além das definições, este documento apresenta uma série de argumentos para a proteção e a promoção da diversidade, reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de “riqueza material e imaterial e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005, p. 1) e da cultura, em especial de seu potencial para melhoria da condição da mulher. Este texto, portanto, menciona a cultura e a relaciona explicitamente com as questões de gênero e minorias sociais. Além disso, aborda questões práticas, como os recursos financeiros atribuídos para este fim e as obrigações dos países signatários.

Esta convenção foi adotada na 33ª Conferência Geral da UNESCO com 148 votos a favor e 2 contra: o dos Estados Unidos e o de Israel. Segundo Elder Patrick Maia Alves (2010, p. 539),

“Embora o texto da convenção tenha sido rejeitado por apenas dois países, foram votos bastante significativos (...) Segundo esses países, a aprovação do texto da convenção, nas bases em que se apresentava, poderia incentivar, em vez de atenuar, algumas formas de nacionalismos violentos e fundamentalismos étnico-religiosos. Esses países, notadamente os Estados Unidos, quando da votação e aprovação da convenção, viviam os desdobramentos políticos do episódio bélico de 11 de setembro de 2001.”

Ainda segundo o autor, o texto busca um equilíbrio entre os direitos e as obrigações estabelecidos entre os países signatários. Ele deve ser visto, além de um recurso étnico e jurídico para proteção de seus mercados culturais, como

uma promessa de respeito para com a diversidade dentro de suas fronteiras e de implementação de políticas culturais regionais.

Conquanto é inegável que a UNESCO atuou através de uma espécie de ideal imperialista cultural principalmente no início de sua trajetória – promovendo as experiências e valores da elite e excluindo as experiências históricas, culturais e sociais de diversos grupos (SMITH, 2016, p. 30) –, percebe-se que o órgão de fato buscou promover uma série de iniciativas afirmativas em direção à diversidade cultural durante a década de 1990 e o início dos anos 2000.

Apesar disso, pode-se questionar se tais esforços buscam de fato compreender as manifestações culturais de outros contextos geográficos, sociais e étnico-religiosos através de trocas horizontais, ou se estes ainda se pautam em um conceito de cultura produzido pelas elites ocidentais. Ou se o patrimônio imaterial, ainda que seja uma categoria afirmativa para a diversidade, não seria também um artifício para corresponder a tais expectativas enquanto mantém os critérios para inscrição e manutenção do patrimônio cultural inalterados. Ou ainda se a inclusão de bens (culturais, naturais ou imateriais), ainda que não-ocidentais, mas constituídos pelos detentores de poder dentro de seus próprios sistemas sociais, são de fato avanços em prol da diversidade cultural.

Um último ponto importante a ser lembrado é que, apesar do discurso universalista da UNESCO e seu projeto de proteção de um patrimônio *mundial*, ela ainda é uma organização de Estados-Partes. “Lynn Meskell argumenta que essa diferença é o alicerce de uma série de fatores que acabaram minando a utopia segundo a qual a UNESCO e, conseqüentemente, o Patrimônio Mundial, foram criados” (MARTINS, 2021, p. 472-473).

Busca-se analisar, no próximo capítulo, como se deu a atuação da UNESCO comparando o período pré e pós 2002, ano da adoção da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Foram realizados gráficos para avaliar a representatividade dos Estados-parte na Lista do Patrimônio Mundial e uma tabela (anexo I) listando os bens inscritos de 2002 até o presente, verificando os possíveis avanços em direção à diversidade cultural.

3. A DIVERSIDADE CULTURAL NO PATRIMÔNIO MUNDIAL: MÉTRICAS E ANÁLISES

No site da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, é possível filtrar e ordenar os bens listados por país, ano de inscrição e região – sendo a divisão proposta pelo órgão: África; Estados Árabes; Ásia e Pacífico; Europa e América do Norte¹; América Latina e Caribe. Além disso, pode-se navegar no mapa interativo (imagem 2) e adquirir estatísticas.

Atualmente, a lista conta com 167 Estados-parte e 1154 propriedades. Destas, 545 (ou 47%), isto é, praticamente metade, encontram-se na região “Europa e América do Norte”. É possível perceber no mapa interativo a grande concentração de bens, especialmente culturais, na Europa. Os bens em perigo, por sua vez, ainda que em menor concentração, encontram-se majoritariamente na África e no Oriente Médio.

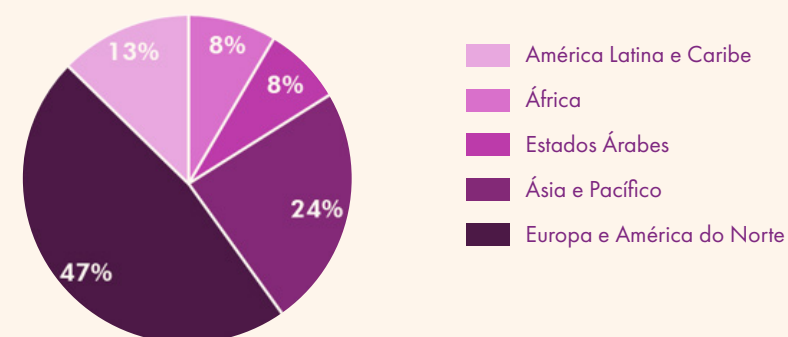


Imagem 01: Distribuição geográfica da Lista do Patrimônio Mundial em 2021. Gráfico nosso.

¹ Aqui compreendida somente como Estados Unidos e Canadá; México se encontra na categoria “América Latina”.

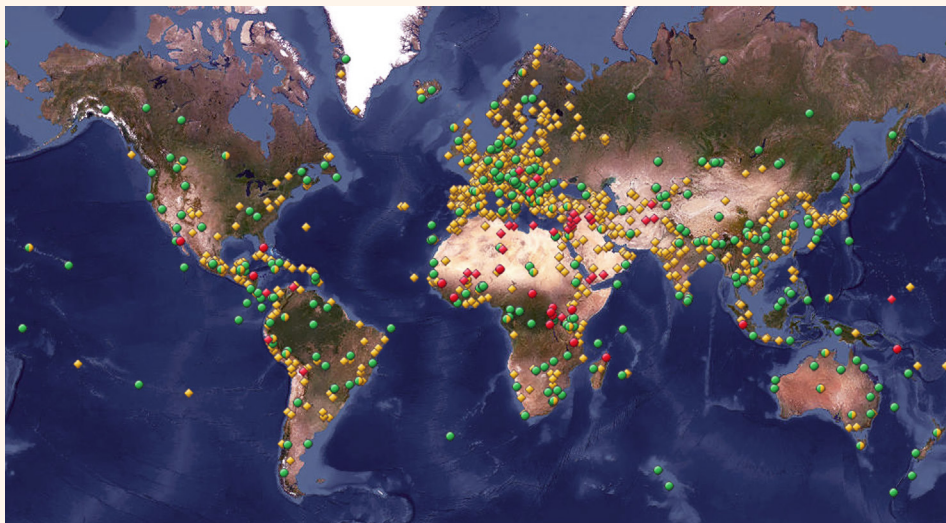


Imagem 02: Mapa interativo da Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em 02/12/2022.

Nesta pesquisa, nossa proposta é analisar as transformações da Lista do Patrimônio Mundial comparando os períodos pré e pós iniciativas para ampliar o escopo de aplicação dos critérios e em prol da diversidade cultural, notadamente a Estratégia Global (1994) e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (final de 2001).

De 1978 – ano em que ocorreram as primeiras inscrições – até 1993, antes da adoção da Estratégia Global, dos 410 bens listados, 191 encontram-se na região “Europa e América do Norte”; dos 305 bens culturais, por sua vez, 159 estão na região. Estes dados contrastam com os do patrimônio natural e misto: dos 86 bens naturais inscritos no período, somente 26 pertencem à região; dos mistos, são somente 6 dos 19 inscritos. Dos 31 bens em perigo, somente 1 se encontra na Europa e América do Norte.

Em 2001, considerando todo o período desde as primeiras inscrições, a lista se encontrava da seguinte forma: 720 bens listados – 554 culturais, 141 naturais, 25 mistos e 37 em perigo. Destes, 370 bens totais encontram-se na região “Europa e América do Norte”, sendo 317 culturais, 44 naturais, 9 mistos e apenas 2 em perigo.

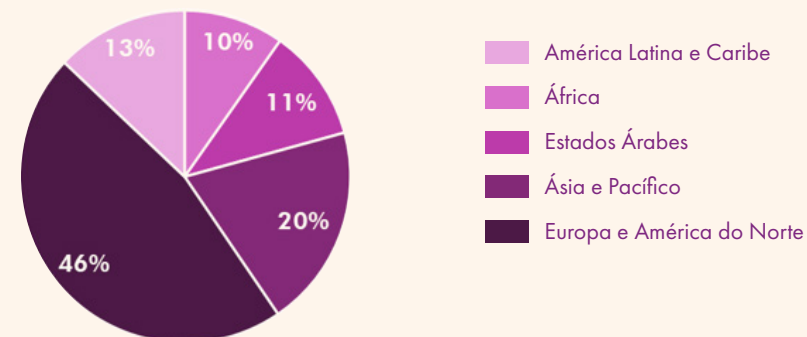


Imagem 03: Distribuição geográfica da Lista do Patrimônio Mundial até 1993. Gráfico nosso.

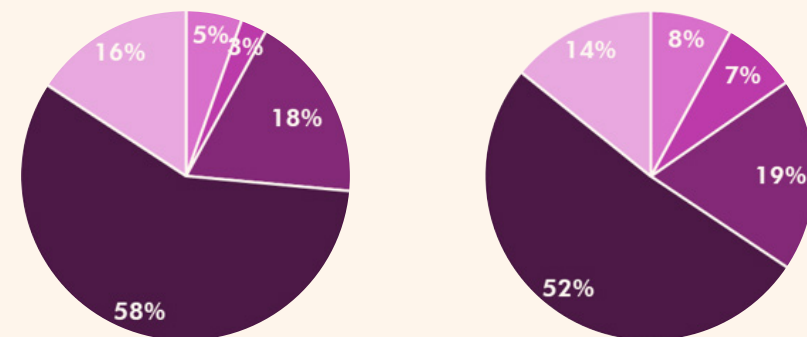


Imagem 04 (esq.): Distribuição geográfica da Lista do Patrimônio Mundial de 1994 a 2001. Gráfico nosso.

Imagem 05 (dir.): Distribuição geográfica da Lista do Patrimônio Mundial até 2001. Gráfico nosso.

Dos períodos analisados, entre 1994 e 2001 tem-se a menor porcentagem de Estados Árabes listados (sendo apenas 8 bens dos 310 totais listados no período), e a maior da região Europa e América do Norte (sendo 179 bens listados). Curiosamente, durante todo o período de existência da lista, o ano com maior número de inscrições de bens europeus e norte-americanos foi 2001, sendo 34 bens listados na região.

De 1994 a 2021, tem-se 744 bens inscritos, sendo 356 na Europa e América do Norte. 309 destes são bens culturais, sendo 42 naturais e 5 mistos. Dos 21 bens em perigo inscritos no período, somente 3 encontram-se na região.

Restringindo ainda mais o período, analisando agora o momento após a adoção da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), temos 434 bens inscritos, sendo 177 na região – 151 bens culturais, 24 naturais e 2 mistos (em comparação com os 343 bens culturais, 77 naturais e 14 mistos totais no período).

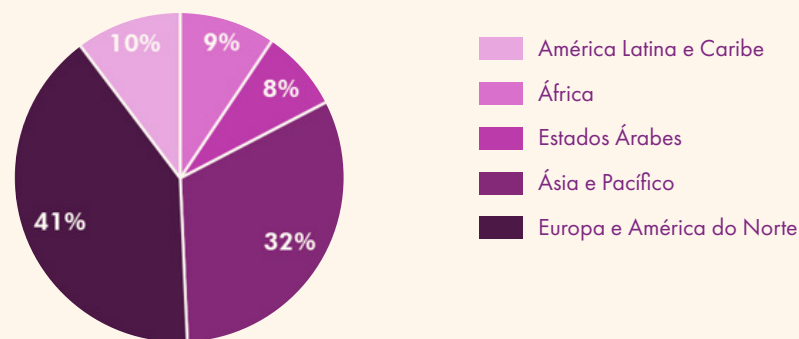


Imagem 06: Distribuição geográfica da Lista do Patrimônio Mundial de 2002 a 2021. Gráfico nosso.

Percebe-se assim que, em termos de composição, a lista não sofreu grandes mudanças. Até 2001, 51,3% dos bens listados encontravam-se na região “Europa e América do Norte” e, destes, a grande maioria eram bens culturais (85,7%) – ou seja, dos 554 bens culturais listados até o momento, 317 ou 57,2% pertenciam à região. O período de 1994 a 2001, entre o lançamento da Estratégia Global (1994) e da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) não representou nenhum avanço em prol da diversificação da lista, tendo a maior média de presença europeia e norte-americana na Lista entre os intervalos estudados: 57,7% dos bens listados no período encontram-se nesta área. O período pós 2002 é o momento de maior diversificação da lista: dos bens listados entre 2002 e 2021, “somente” 40,8% encontram-se na região; a menor porcentagem encontrada nos intervalos analisados.

Hoje, a lista conta com 1154 bens listados, sendo 897 culturais, 218 naturais, 39 mistos e 52 em perigo. Dos bens totais, 547 ou 47,4% encontram-se na

Europa e América do Norte e, dos culturais, essa porcentagem sobe para 52,1% – ainda assim, em queda se compararmos o período pré 2002 (57,2%). A porcentagem dos bens em perigo listados na região aumentou – 5,4% no período pré 2002 contra 13,3% entre 2002 e 2021. Atualmente, 7,7% dos bens em perigo estão na região.

O ato de listar menos bens “em perigo” na Europa do que no resto do mundo não é um ato contra a diversificação da lista – pelo contrário, a inclusão de tais bens é um avanço em prol da diversidade cultural, permitindo a compreensão de tais sítios como um patrimônio importante para a humanidade apesar de terem sua integridade ameaçada, segundo os critérios da UNESCO. Estas inscrições também podem facilitar a preservação destes locais visto que o objetivo da lista é conclamar a atenção de autoridades internacionais sobre sua situação e encorajar medidas de preservação, possivelmente com assistência financeira. Porém, é um dado que certamente reflete a vulnerabilidade dos sítios naturais dos países em desenvolvimento em oposição à dos países “desenvolvidos” – no caso, da Europa e da América do Norte.

Além disso, é importante lembrar que as medidas propostas pelos organismos consultivos da UNESCO para tais bens, embora visem sua preservação, não necessariamente a garantem na prática. Albert Kumirai^{II}, Joseph Muringaniza^{III} e Darlington Munyikwa^{IV}, especialistas africanos convidados pela UNESCO no Encontro de Especialistas sobre Autenticidade e Integridade em um Contexto Africano de 2000, apontaram esta inconsistência ao discorrer sobre o caso das Cataratas Vitória, que, ainda que não seja um bem “em perigo”, teve efeitos contrários à preservação após a chancela da UNESCO:

“A [real] integridade do sítio [Cataratas Vitória] foi afetada pelas fronteiras conservacionistas e administrativas criadas pela cerca que restringe o

II Diretor do Museu Nacional de História de Zimbábue.

III Curador de Monumentos do Museu Nacional de História de Zimbábue.

IV Curador de Paleontologia do Museu Nacional de História de Zimbábue.

movimento de grandes animais e concentra a circulação humana dentro da mais sensível zona ecológica do sítio, a floresta tropical e as matas ciliares. Espécies invasoras e exóticas de plantas [...] estão penetrando na mata ciliar e ameaçam expulsar a vegetação natural, afetando o valor que faz com que o lugar atenda às condições de integridade [...], conforme estipulado no guia operacional, [...] que requer a manutenção dos elementos-chave para a conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica” (apud LORETTO, 2016, p. 225).

O patrimônio imaterial, inserido em 2003 como categoria elegível para salvaguarda pelo órgão, apresenta uma lista muito mais diversificada que a dos bens materiais. Diferentemente destes últimos, porém, não possui em seu site uma ferramenta de fácil acesso para conferir métricas e estatísticas. Apesar disto, analisando a lista, é possível extrairmos alguns dados: dos 678 elementos listados, 11,3% estão na África, 13,5% nos Estados Árabes, 29,6% na Ásia e Pacífico, 35,5% na Europa e América do Norte e 10,1% na América Latina e Caribe. Percebe-se, portanto, porcentagem de bens na Europa e América do Norte é bem menor aqui do que os quase 50% da lista de patrimônio material, apesar de ainda assim ser maioria.

Concluimos, portanto, que o período de maior busca pela diversificação da Lista do Patrimônio Mundial ocorreu após a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, isto é, a partir de 2002. O período entre 1994 e 2001, isto é, após a Estratégia Global e antes da Declaração, não apresentou diferenças significativas em prol da diversificação da lista no sentido geográfico; pelo contrário, teve ainda mais inscrições na região da Europa e América do Norte, a partir da divisão proposta pela UNESCO. Ainda assim, a lista conservou, ao longo de sua existência, métricas similares, com praticamente metade dos bens listados na região citada e com a primazia europeia nos bens culturais.

3.1 TABELA: PREMISA E METODOLOGIA

Para melhor analisar a atuação da UNESCO no sentido da promoção da diversidade cultural, nossa proposta foi a de estudar cada um dos bens culturais e mistos – visto que a inscrição de bens naturais foi historicamente mais propensa à inclusão de países fora dos continentes europeu e norte-americano – inscritos após 2002, isto é, após a aprovação da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, para verificar se esta diversidade se verifica na prática. Patricia O'Donnell, arquiteta e consultora em preservação, nos explica em palestra que ao filtrarmos a Lista do Patrimônio Mundial por algumas das palavras-chave elegíveis no site, especialmente aquelas relacionadas às minorias, muitas vezes encontraremos bens que não refletem sua cultura. Ela demonstra que ao filtrarmos a lista pelo termo “indígena”, por exemplo, podemos encontrar alguns bens culturais que se tratam de missões religiosas – como missões jesuíticas no Brasil e na Argentina, onde “a interação de jesuítas com povos indígenas foi a partir da perspectiva de um trabalho missionário forçado, de dominação cultural” (FAUUSP, 2021). Assim, apesar de representados como bens ligados aos indígenas, estes reforçam, na realidade, a cultura dominante.

Este pensamento foi a motivação inicial para esta pesquisa. Busca-se verificar, portanto, como a diversidade cultural, uma das pautas mais mobilizadas pela UNESCO desde 1994 e principalmente a partir de 2001, é traduzida na Lista do Patrimônio Mundial, em termos quantitativos e qualitativos. Isto é, através de métricas, mas também a partir de uma análise dos bens listados a partir de 2002, para verificar se eles de fato correspondem à pretensa diversidade ou se eles somente reforçam a cultura dominante.

Conforme vimos no Capítulo 2, toda sociedade produz cultura, e diversidade cultural trata-se do conjunto das várias formas de organização e de compreensão do mundo das sociedades. Não se resume, portanto, a um único aspecto – como etnia, religião, etc. Apesar disso, como metodologia de análise, coloca-se aqui como proposta a categorização da diversidade entre religiosa, geográfica, étnica, social e tipológica, para buscar compreender as formas pelas quais determinado bem listado pode satisfazer a condição de “diverso”, isto é, fora do padrão historicamente praticado pela UNESCO. Este padrão é, conforme

a leitura desenvolvida por esta pesquisa, o da cultura dominante – ocidental, branco, cristão. E ainda, no caso do patrimônio cultural mundial, monumental e anterior ao século XX.

Tais informações foram organizadas em uma tabela, disponibilizada em Anexo I.

3.2 TABELA: A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL APÓS 2002

A tabela do Anexo I lista, portanto, todos os bens culturais e mistos inscritos como Patrimônio Mundial desde 2002.

3.2.1 DIVERSIDADE ÉTNICA E GEOGRÁFICA

Como metodologia, estabeleceu-se, para estas categorias, que diversidade geográfica seria considerada para todos os bens que se encontram fora da região “Europa e América do Norte”, proposta pela UNESCO; e que a diversidade étnica seria verificada quando, no argumento para inscrição do bem, houver menção à determinada civilização ou povo de origem não-ocidental.

3.2.2 DIVERSIDADE RELIGIOSA

Para esta categoria, foram considerados os bens que mencionam uma religião que não o Cristianismo em seu argumento.

Alguns sítios listados têm como argumento sua importância para o surgimento das principais religiões monoteístas, como por exemplo Um er-Rasas (Kastrom Mefa’a), na Jordânia, listado em 2004. Neste caso, apesar de incluir o Cristianismo, estes bens foram entendidos como “diversos” devido ao Islamismo e Judaísmo.

3.2.3 DIVERSIDADE TIPOLÓGICA E SOCIAL

A categoria de diversidade social foi criada para compreender os bens relacionados à minorias, como patrimônio do trabalho – quando os trabalhadores ou operários são mencionados como argumento para inscrição –, movimentos sociais ou questões de gênero. Para a primeira, embora existam bens relacionados a diversas formas de trabalho, considerou-se aqui somente trabalho fabril durante e/ou pós Revolução Industrial pelo seu aspecto de organização e mobilização social, e visto que estes representavam uma minoria na Lista do Patrimônio Mundial.

Outras formas de trabalho, como agricultura e pastoreio, por exemplo, eram frequentemente citadas em paisagens culturais e bens não-ocidentais, e portanto já enquadrados como “diversidade geográfica”. Decidiu-se pela não inclusão destas também pois abriria um precedente para a classificação de locais tradicionalmente representantes da cultura dominante como “diversidade social”, como por exemplo regiões vinícolas europeias, gerando distorções.

A categoria de diversidade tipológica aborda os bens que fogem do padrão monumental da UNESCO e/ou bens dos séculos XX ou XXI. Ela pode incluir edificações modernistas ou contemporâneas, tipologias não usuais para a lista – como habitacional ou fabril, ou arquitetura vernacular; desde que não monumentais. Embora não necessariamente reflita a diversidade cultural, essa categoria foi incluída aqui pois exprime uma tentativa do órgão de se afastar da visão monumentalista de patrimônio que permeou sua atuação durante pelo menos as duas décadas iniciais desde a Convenção de 1972, e de incluir “bens culturais possuidores de valores coletivos” (OLIVEIRA, 2016, p. 110).

Bens industriais cujo argumento para inscrição não mencionava os trabalhadores – como por exemplo a mina de Tarnowskie Góry na Polônia (listada em 2017) e o sítio industrial de Rjukan-Notodden na Noruega (listado em 2015) – foram classificados somente como “diversidade tipológica”, ao invés de incluir também a categoria social.

4. DISTORÇÕES E INCONSISTÊNCIAS

Os bens listados que atendem certas condições de diversidade cultural estabelecidas como metodologia neste trabalho não necessariamente representam as subculturas às quais estão relacionados. Conforme citado anteriormente, mesmo bens referenciados com palavras-chave ligadas às minorias no site da UNESCO podem representar a cultura dominante. É possível encontrar, por exemplo, bens não-ocidentais (em geral, em locais que foram colonizados por países europeus) cujo argumento para tombamento é a excepcionalidade de sua arquitetura de inspiração europeia. Há também locais bíblicos ou bens relacionados ao Cristianismo em locais fora da região “Europa e América do Norte”. Tais casos foram assinalados com a cor vermelha na tabela (ver legenda).

É importante lembrar que este apontamento não significa que o bem em questão não tem relevância como diversidade cultural, e sim que o argumento escolhido pela UNESCO para sua inscrição privilegia elementos hegemônicos, mais do que enfatizar a cultura local.

Embora tenha-se optado pela tabela como metodologia de análise, entende-se que qualquer categorização pode gerar distorções. Um questionamento que pode ser tecido a partir deste material é se pode-se considerar automaticamente que os bens classificados como “diversidade geográfica” e “diversidade religiosa” correspondem às condições de diversidade cultural aqui estabelecidas, visto que muitos destes são extremamente monumentais e podem corresponder aos critérios ocidentais de valoração. Outros podem ter sido listados a partir de uma ótica do “exótico”¹, isto é, da visão do outro como

¹ Rafael José dos Santos (2013) demonstra que o exotismo é uma criação europeia e eurocêntrica que se fundamenta no desconhecimento do outro, sujeitando-o em sua posição de subordinação e romantizando-o como “selvagem” e “primitivo”.

“nativo”, “selvagem” e “primitivo”, correspondendo assim à uma leitura ocidental de uma determinada cultura.

Além disso, pode-se argumentar que mesmo alguns bens nas categorias de “diversidade geográfica”, “étnica” e “religiosa” podem ser representativos dos detentores de poder dentro de cada cultura e portanto reforçam a cultura dominante ainda que não de forma eurocêntrica. Diversos bens culturais na Ásia, como as “capitais e tumbas do antigo reino Koguryo” na China, por exemplo, são representativos das elites destas sociedades. Assim, através da metodologia aqui utilizada, a diversidade na lista não exprime necessariamente maior presença de culturas populares.

Ainda, após a inclusão cada vez mais frequente da pauta da diversidade cultural nos documentos e critérios da UNESCO, e especialmente após a recomendação da Estratégia Global de que os bens candidatos devem explicar em que medida seu reconhecimento contribui para a diversificação da lista, pode-se questionar quantas vezes um argumento em prol da diversidade cultural não é falseado no discurso de uma candidatura visando sua inscrição. Ou ainda, se todos os bens que mencionam minorias ou subculturas em seus argumentos de fato permitem seu acesso e apropriação por estes grupos.

Ainda que a tabela aqui apresentada busque verificar a que ponto a Lista do Patrimônio Mundial tem buscado se diversificar e se tornar mais representativa, entende-se que tais questões podem somente ser analisadas a partir de um estudo de caso mais aprofundado.



5. ESTUDO DE CASO: OFICINAS SALITREIRAS DE HUMBERSTONE E SANTA LAURA, CHILE

Realizou-se um estudo de caso para demonstrar um exemplo de diversificação da Lista do Patrimônio Mundial. O bem selecionado para tal função foi “Humberstone and Santa Laura Saltpeter Works” ou as oficinas salitreiras de Humberstone e Santa Laura na província de Iquique, Chile. Este bem, listado em 2005, atende a diversos critérios propostos neste trabalho: diversidade geográfica (América Latina), social (patrimônio ligado ao trabalho e movimentos sociais) e tipológica (industrial, não-monumental).



Imagem 07: Oficinas salitreiras de Humberstone e Santa Laura em fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.

Em uma vila na região de Tarapacá, no meio do deserto do Atacama, próximo à fronteira com o Peru e a Bolívia, foram instaladas, no início do século XX, diversas fábricas para extração de salitre (nitrato de potássio). Originalmente chamada La Palma, foi construída em 1862 pela Peruvian Nitrate Com-

pany, e teve seu nome alterado posteriormente para Oficina Salitrera Humberstone, em homenagem a James Humberstone, engenheiro químico britânico que chegou à América do Sul em 1875. A Oficina Salitrera Santa Laura, por sua vez, foi construída em 1872 pela empresa Barra y Riesco, sendo adquirida pela empresa Foelsh & Martin em 1897.

Segundo Daniel Elias Pizarro Velásquez (2013, p. 5), desde o período de estabilização política pós-independência, as exportações do Chile compreendiam essencialmente o trigo, a prata e o cobre. Porém, a partir de meados da década de 1860, o salitre (chamado de “ouro branco”) viria a despertar interesse nos mercados europeus. A demanda por fertilizantes na Europa levou os empresários chilenos a ampliar o território explorado em várias direções e isto incluiu regiões fora dos domínios nacionais, como as regiões ao norte do Deserto de Atacama.

Desta forma, o “ciclo do salitre” deu-se de 1860 até 1929, com a Grande Depressão. Segundo o autor (ibidem, p. 5), no período anterior à Guerra do Pacífico, quando Bolívia e Peru detinham o controle das regiões contendo as jazidas de salitre, os capitais investidos estavam majoritariamente nas mãos de empresários chilenos. Após o conflito, em 1879, quando o Chile anexou os territórios em questão, estes capitais passaram a ser controlados por empresários estrangeiros, em sua maioria britânicos. Com o capital estrangeiro, e com a implementação do sistema Shanks de extração – o mais moderno do período – a produção de salitre foi alavancada e buscou-se recrutar trabalhadores para a região:

“Em diversos casos (...) desenvolve-se a infraestrutura para concentrar mão de obra abundante, criando-se verdadeiros povoamentos mineiros, que têm como correlato a proletarização de setores campesinos ou semi-campesinos ao serem afastados de sua relação com a terra como forma de subsistência e passarem a depender do salário.” (OSÓRIO apud VELÁSQUEZ, p. 26).

Estes trabalhadores formaram a cultura pampina¹, cuja comunidade se organizou na luta pela justiça social. Eles se entenderam e se associaram na identidade de “proletários”, com capacidade de negociar seus direitos, e, ainda que em menor grau, como cidadãos, com voz e voto político. Estes exigiram ser ouvidos pelos donos das oficinas e pelo governo chileno, e se uniram para exercer pressão (REPÚBLICA DE CHILE, 2003), suportando a exploração de sua mão de obra.

Esta comunidade de trabalhadores foi o principal argumento para a inscrição do bem, visto que a cultura forjada não se relacionava somente com o particular sistema de vida das salitreiras, mas também com aspectos intangíveis como o desenvolvimento de um linguajar próprio, um sistema de crenças, atitudes e comportamentos específicos, além de uma resistência física ao meio.

De acordo com o documento oficial da candidatura do bem, por volta de 1889, Humberstone era uma das maiores oficinas salitreiras de Tarapacá, com cerca de 3000 habitantes. Santa Laura, menor que a anterior, por volta de 1920 contava com 495 habitantes. Após a Grande Depressão, as empresas foram adquiridas pela Compañía Salitrera de Tarapacá y Antofagasta, COSATAN, tendo seu apogeu na década de 1930, chegando a 200 pontos de extração e mais de 4000 habitantes. A população do chamado “Grande Norte do Chile”, composto pelas áreas de Tarapacá e Antofagasta – região que englobava todas as oficinas salitreiras – chegou, em seu ápice, a concentrar 21% da população chilena do período.

Daí até a década de 1950, a produção começou a decair e a COSATAN se dissolveu em 1959, fechando as oficinas oficialmente. Durante os anos 1960, a propriedade é vendida a um particular, com a finalidade de desmontar as instalações. Parte do desmonte é realizado, e, com o abandono, as indústrias passam a sofrer uma degradação paulatina. Para evitar sua destruição, o local é tomba-

¹ Também referida como “pampinosa”, o nome desta cultura é relacionado ao “pampa das mesetas” – aludido somente como “pampa” no Chile –, forma de relevo existente no norte do Chile e em especial região de Tarapacá. O termo ainda é por vezes utilizado no país para se referir a trabalhadores mineiros.

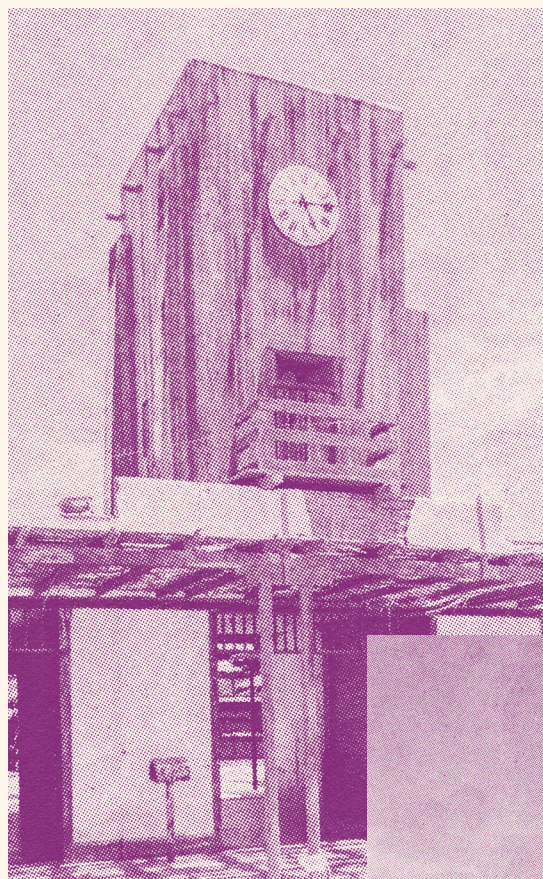


Imagem 08: Relógio em Humberstone, fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.



Imagem 09: Coreto em Humberstone, fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.

do como Monumento Nacional em 1970, de acordo com o Decreto Supremo Nº 320.^{II}

Durante a década de 1990, o Departamento de Monumentos Nacionais do Ministério de Obras Públicas do Chile passa a realizar um inventário sobre o bem, a partir de vistorias, constituído de fotografias, desenhos, estudos estruturais, entre outros. Também no período, o proprietário das indústrias declara falência. Após um processo judicial de mais de uma década, sua resolução, em 2002, acaba com a aquisição dos bens pela Corporación Museo del Salitre. De acordo com a legislação chilena, porém, o terreno onde estes se encontram pertence ao governo, que pode concedê-la por um período de 30 anos. Assim, o local estará sob o poder da Corporación Museo del Salitre até 2031.

Hoje, o local está sob proteção do “*Decreto Exento Nº 480*” de 31 de março de 1998, que ampliou e retificou os limites do terreno, incorporando ambos os bens dentro de uma única área de proteção. O local conta ainda com uma área envoltória definida como “Área de Proteção da Paisagem Desértica”, que engloba também outras oficinas salitreiras da região.

O que se sucedeu na vila simultaneamente a estes acontecimentos foi um esvaziamento da região, de forma que hoje o local é conhecido como “cidade fantasma”. Há anos não possui habitantes e permanece como lugar de memória das pessoas que dedicaram suas vidas ao trabalho nas salitreiras.

Também em 1998, o governo chileno incluiu as Oficinas Salitreiras de Humberstone e Santa Laura na Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial, com um dossiê que destacava a importância da cultura pampina. Em 2001, foram os próprios “pampinos” que reuniram e entregaram à UNESCO 20.000 assinaturas apoiando a candidatura do bem.

Os critérios para sua inscrição foram os critérios II, III e IV:

II O terreno, por sua vez, está protegido pela Lei nº 17.288 de Monumentos Nacionais.

“(ii) testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
(iii) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;
(iv) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana” (UNESCO, 2021, p. 31).

Ao critério II, foi atribuído o argumento da relação entre a comunidade de pampinos e os empresários europeus, cujo conhecimento, habilidade e tecnologia formou uma sociedade que desenvolveu uma indústria capaz de fomentar um grande intercâmbio cultural. É importante notar que, aqui, o argumento demonstra mais uma “colaboração entre as partes” do que propriamente uma ação de exploração.

O critério III foi relacionado ao testemunho da comunidade e da cultura pampinosa, aqui forjada. O critério IV, aqui, reflete como as minas de salitre foram responsáveis por desenvolver economicamente o Chile e também transformar a região dos pampas. É mencionado, ainda, como o salitre transformou indiretamente as terras que se beneficiaram pelo uso dos fertilizantes produzidos através do produto.



Imagem 10: Exterior do teatro de Humberstone em fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.

Segundo Orietta Ojeda Berger (2017, p. 29), a inscrição deste bem é importante pelo reconhecimento da exploração levada a cabo pelos empresários europeus no país e pela preservação da memória operária:

“Reconhecer um fenômeno de exploração como o Salitre, era perceber como um grupo de homens e mulheres conquistou o deserto e foi conquistado por ele, convertendo um espaço em uma nova paisagem, ‘a pampa salitreira’ e criando uma nova forma de identidade: a pampina.”^{III}

Assim, além de não estar localizado na Europa, de certa forma o bem atesta contra a presença europeia na América Latina. Além disso, o local foge do padrão tipológico da Lista do Patrimônio Mundial: trata-se de um conjunto de

III Tradução nossa. No original: “Reconocer un fenómeno de explotación como el Salitre, era dar cuenta como un grupo de hombres y mujeres conquistó el desierto y fue conquistado por él, convirtiendo un espacio en un nuevo paisaje, la pampa salitrera y creando una nueva forma de identidad: la pampina”.



Imagem 11: Consultório de médico em Humberstone, fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.



Imagem 12: Consultório de médico em Humberstone, fevereiro de 2016. Autor: Diego Delso. Disponível em <https://gl.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bricas_de_Nitrato_de_Humberstone_e_Santa_Laura>.

indústrias e um conjunto habitacional – casas dos operários das minas – além de alguns equipamentos abandonados, como mercado, escola e teatro. Todos não monumentais, construídos entre o final do século XIX e o início do século XX.

Outro ponto importante é que a inscrição deste bem, inicialmente foi realizada como “bem em perigo”, devido à fragilidade das edificações, que passaram cerca de 40 anos sem manutenção adequada, e o dano causado pelos fortes ventos do deserto. O governo chileno adotou uma série de medidas para controlar a situação, incluindo programas de vigilância do local, a construção de cercas ao redor da propriedade e de desvios nas vias próximas ao local para impedir o tráfego dentro do sítio, e a introdução de medidas de segurança para os turistas.

A UNESCO aprovou tais medidas e produziu um plano de salvaguarda e manutenção para o local, além da definição de uma área envoltória. Graças a tais medidas, hoje o local encontra-se estável e foi retirado da lista “em perigo” na 43ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em 2019, possuindo hoje somente o status de Patrimônio Cultural Mundial.

Berger, em texto publicado dois anos antes do acontecimento supracitado, alude à categoria de paisagem cultural, proposta pela UNESCO em 1992. Segundo a autora, ainda que as oficinas salitreiras de Humberstone e Santa Laura não sejam enquadradas pela UNESCO nesta categoria, devem ser valoradas como tal, considerando que o local é resultado da interação entre o ambiente e a ação da comunidade pampina (2017, p. 31). Ainda segundo a autora, todo território que possui características estéticas e históricas deve ser entendido e protegido como paisagem cultural, e não somente como sítios que precisam de atenção devido à sua vulnerabilidade. Ela aponta ainda para a necessidade de incluir a paisagem cultural como categoria de patrimônio também na legislação chilena, de forma a salvaguardar os sítios industriais do norte chileno e, ao mesmo tempo, preservar a memória dos trabalhadores de diversas nacionalidades que ali viveram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituída pós Segunda Guerra Mundial sob a consolidação da hegemonia político-econômica norte-americana, a abordagem inicial da UNESCO frente os países em desenvolvimento foi a de um projeto civilizatório, buscando disseminar um ideário de valores ocidentais através de uma roupagem universalizante. Este projeto gradualmente se materializou na Convenção do Patrimônio Mundial, que propunha listar e salvaguardar bens de diferentes contextos a partir de critérios eurocêntricos.

Os ideais de excepcionalidade, autenticidade e integridade, que regeram a atuação do órgão durante ao menos duas décadas, falhavam em abarcar toda a gama de manifestações culturais presentes nos Estados-parte e resultaram-se incapazes de julgar um bem a partir do sistema de pensamento do seu próprio contexto, de forma que a grande maioria dos bens listados no período encontravam-se na Europa. A partir da década de 1990, a UNESCO passa a dar maior espaço para os países não-ocidentais expressarem suas críticas e sugestões, de forma que os critérios passam a ser revisados e posteriormente alargados. As novas versões, porém, apesar de permitirem a inclusão de expressões culturais não-ocidentais, tornaram-se demasiadamente vagas para funcionarem como condição, sendo aplicáveis de maneira irrestrita a partir de sua argumentação.

A partir de 2002, com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural já em prática, a Lista do Patrimônio Mundial torna-se mais diversa e representativa, incorporando bens em outros contextos geográficos e religiosos, além de novas tipologias – isto é, edificações não-monumentais, por vezes industriais ou habitacionais, ou ligadas ao Movimento Moderno. Além disso, são realizadas mais inscrições de bens cujos argumentos principais são relacionados a movimentos sociais, como as Oficinas Salitreiras de Humberstone e Santa Laura (2005), testemunho da criação da cultura pampina pelos trabalha-

dores mineiros do Chile, e as montanhas Azul e John Crow na Jamaica (2015), refúgio de povos escravizados.

Ainda assim, a presença europeia da lista ainda é hegemônica, “reflexo da capacidade e da disposição de cada Estado-parte, já que os procedimentos para reconhecimentos demandam rigor, tempo e complexidade” (NASCIMENTO, 2011, p. 44). Deve-se também lembrar que, embora a lista se proponha a ser “mundial”, só são incluídos nela os bens pertencentes aos Estados-parte, que atualmente estão em 167.

A presença crescente de manifestações culturais outras que não as europeias, brancas e cristãs na lista representa, aparentemente, um avanço em prol da diversidade cultural. Porém, e por mais que a UNESCO tenha buscado ampliar o debate em torno dos termos e critérios que regem o patrimônio mundial, muitos dos bens de outros contextos ainda são listados a partir de uma valoração ocidental, que prioriza o monumental e/ou, nestes casos, o “exótico”. É possível ver na lista casos de cidades colonizadas cujo argumento para listagem é a “excepcionalidade” de sua arquitetura de influência europeia – pode-se citar o exemplo do Suriname, cujo único bem cultural listado, a cidade histórica de Paramaribo, menciona diversas vezes em seu argumento a importância da influência holandesa em sua arquitetura.

Não se pode, contudo, imputar tais responsabilidades diretamente à UNESCO, visto que os argumentos para listagem são baseados nas listas indicativas e no dossiê sobre o bem feito pelo próprio país onde se encontra. Tais documentos são, em geral, elaborados pelos órgãos de patrimônio de cada país, muitas vezes administrados por suas elites intelectuais e não necessariamente imunes aos valores ocidentais prevalentes no campo do patrimônio, além de sofrerem possíveis oscilações de orientação política de acordo com seus governantes. Questões que só podem, portanto, serem verificadas a partir de um estudo minucioso da candidatura de cada bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elder Patrick Maia. *Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global*. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010.

BERGER, Orietta Ojeda. *La Antigua Palma y la Actual Humberstone: un Complejo Patrimonial y un Paisaje Cultural Pampino*. Revista Tiempo Histórico. Santiago-Chile. Año 8 / N°14 / enero-junio 2017 / 15-36.

BORBA, Pedro. *Para uma teoria crítica do eurocentrismo: história, colonialismo e o resto do mundo*. In: Revista Estudos Políticos, vol. 11, nº 1, ISSN 2177-2851, 2020.

CHAMMA, Letícia Negrão. *A virada antropológica: o retorno do sujeito e da história*. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.7, n.2, p. 233-248, jul./dez., 2018.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas*. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em <<https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>>. Acesso em 06/12/2022.

DUARTE, Alice; FABRINO, Raphael. *A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural e a Unesco*. Revista Museologia & Interdisciplinaridade – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Vol. 11, nº 22, Jun./Dez. 2022.

FAUUSP. *Aula 2 - Unesco Em Foco: Conceitos, Critérios, Valores Integridade e Autenticidade Aula 2* | AUH 5865. Youtube, 7 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Rsn6SrZLG8&t=1913s>. Acesso em 03/12/2022.

FERNANDES, Alexandre de Oliveira. *Geertz e os usos da diversidade: uma perspectiva pós-estruturalista*. In: Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, volume 1, Janeiro – Junho de 2016.

GEERTZ, Clifford. *Os usos da diversidade*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/s0104-71831999000100002>>.

GRAVARI-BARBAS, Maria; JACQUOT, Sébastien. *Patrimônio mundial, turismo e desenvolvimento sustentável na África: discursos, abordagens e desafios*. Via [Online], 4-5 | 2014, posto online no dia 26 outubro 2014, consultado 01 dezembro 2022. URL : <http://journals.openedition.org/viatourism/855> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/viatourism.855>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Patrimônio mundial : fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial*. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Tradução de Inácia Canelas. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 53-93 (Coleção os Pensadores).

LIMA, Diana Farjalla Correia. *Patrimonialização e valor simbólico: o “valor excepcional universal” no Patrimônio Mundial*. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), João Pessoa, 2015.

LORETTO, Rosane Piccolo. *As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2016.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. *Do traço de um belo horizonte à trama sob o céu infinito: a arquitetura modernista brasileira como patrimônio mundial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História. Rio de Janeiro, 2021.

MENESES, Paulo. *Etnocentrismo e Relativismo Cultural: algumas reflexões*. Revista SymposiuM. Ano 3, Número Especial, dezembro, 1999. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3152/3152.PDF>>.

MESKELL, Lynn. *A future in ruins*. UNESCO, world heritage, and the dream of peace. New York, EUA: Oxford University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. 2011. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.16.2011.tde-11012012-100337. Acesso em: 2022-12-06.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. *A cidade de Goiás como Patrimônio Cultural Mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2016.

REPÚBLICA DE CHILE. *Oficinas Salitreras Humberstone y Santa Laura: Postulación para su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial/Unesco*. Chile, 2003.

SANTOS, Rafael José dos. O 'Étnico' e o 'Exótico': Notas Sobre a Representação Ocidental da Alteridade. Revista Rosa dos Ventos 5(4) 635-643, out-dez, 2013 © O(s) Autor(es) 2013 ISSN: 2178-9061 Associada ao: Programa de Mestrado em Turismo Hospedada em: <<http://ucs.br/revistarosadosventos>>. Acesso em 07/12/2022.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748. Acesso em: 2022-12-04.

SMITH, LauraJane. *Uses of heritage*. London and New York: Routledge, 2006.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Sociedade e cultura, Vol 8, n 2, 2005.

UNESCO. *Documento de Nara*. Nara, 1994. Tradução: IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em 29/11/2022.

_____. *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt>>.

pdf>. Acesso em 21/11/2022.

_____. *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>>. Acesso em 29/11/2022.

_____. *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris, 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224>>. Acesso em 01/12/2022.

_____. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. 2021. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 21/11/2022.

VIEIRA, Marisa Damas (org.). *Curso de Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, direitos culturais e cidadania*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos. Dados eletrônicos. Goiânia : Gráfica da UFG, 2017.

VELÁSQUEZ, Daniel Elias Pizarro. *O Ciclo do Salitre e as Origens da Indústria na História Econômica do Chile*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.



ANEXOS

ANEXO I: TABELA DE BENS LISTADOS PÓS 2002

LEGENDA
Casos que representam diversidade geográfica, religiosa ou étnica (podem incluir outras formas de diversidade desde que em conjunto com uma das 3 citadas)
Casos europeus/norte-americanos que representam diversidade cultural de outras formas (diversidade social ou tipológica). Ex.: minorias, patrimônio industrial e/ou relacionado ao trabalho, movimento moderno, habitacional/não monumental/vernacular, etc.
Casos que representam a diversidade cultural de alguma forma (ex. religiosa ou geográfica) porém cujo argumento para listagem reforça a cultura dominante.

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Ancient Maya City and Protected Tropical Forests of Calakmul, Campeche (Mexico)	2002	México	América do Norte
Historic Centres of Stralsund and Wismar (Germany)	2002	Alemanha	Europa
Historic Inner City of Paramaribo (Suriname)	2002	Suriname	América do Sul
Late Baroque Towns of the Val di Noto (South-Eastern Sicily) (Italy)	2002	Itália	Europa
Mahabodhi Temple Complex at Bodh Gaya (India)	2002	Índia	Ásia
Minaret and Archaeological Remains of Jam (Afghanistan)	2002	Afganistão	Ásia; Oriente Médio
Saint Catherine Area (Egypt)	2002	Egito	África
Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape (Hungary)	2002	Hungria	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Misto		(i)(ii)(iii)(iv)(ix)(x)	Geográfica; étnica	Civilização maia
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(i)(ii)(iv)(v)		
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural, em perigo		(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica; étnica	Civilização gúrida
Cultural		(i)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Islamismo; judaísmo
Cultural	Sim	(iii)(v)		

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
<u>Upper Middle Rhine Valley (Germany)</u>	2002	Alemanha	Europa
<u>Ashur (Qal'at Sherqat) (Iraq)</u>	2003	Iraque	Ásia; Oriente Médio
<u>Citadel, Ancient City and Fortress Buildings of Derbent (Russian Federation)</u>	2003	Rússia	Europa, Ásia
<u>Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley (Afghanistan)</u>	2003	Afeganistão	Ásia; Oriente Médio
<u>Franciscan Missions in the Sierra Gorda of Querétaro (Mexico)</u>	2003	México	América do Norte
<u>Gebel Barkal and the Sites of the Napatan Region (Sudan)</u>	2003	Sudão	África
<u>Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso (Chile)</u>	2003	Chile	América do Sul
<u>Jewish Quarter and St Procopius' Basilica in Třebíč (Czechia)</u>	2003	República Tcheca	Europa
<u>Kunta Kinteh Island and Related Sites (Gambia (the))</u>	2003	Gâmbia	África
<u>Mapungubwe Cultural Landscape (South Africa)</u>	2003	África do Sul	África
<u>Matobo Hills (Zimbabwe)</u>	2003	Zimbábue	África
<u>Mausoleum of Khoja Ahmed Yasawi (Kazakhstan)</u>	2003	Cazaquistão	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iv)(v)		
Cultural, em perigo		(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilização suméria; civilização acadiana
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural, em perigo	Sim	(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica	Catequização
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Culto; civilização cuxita
Cultural		(iii)	Geográfica; tipológica	
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa	Judaísmo
Cultural		(iii)(vi)	Geográfica; social	Escravidão; memória difícil
Cultural	Sim	(ii)(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(iii)(v)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(i)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica	Islamismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Quebrada de Humahuaca (Argentina)	2003	Argentina	América do Sul
Renaissance Monumental Ensembles of Úbeda and Baeza (Spain)	2003	Espanha	Europa
Rock Shelters of Bhimbetka (India)	2003	Índia	Ásia
Royal Botanic Gardens, Kew (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2003	Reino Unido	Europa
Sacri Monti of Piedmont and Lombardy (Italy)	2003	Itália	Europa
Takht-e Soleyman (Iran (Islamic Republic of))	2003	Irã	Ásia; Oriente Médio
White City of Tel-Aviv – the Modern Movement (Israel)	2003		
Wooden Churches of Southern Małopolska (Poland)	2003	Polônia	Europa
Bam and its Cultural Landscape (Iran (Islamic Republic of))	2004	Irã	Ásia; Oriente Médio
Capital Cities and Tombs of the Ancient Koguryo Kingdom (China)	2004	China	Ásia
Champaner-Pavagadh Archaeological Park (India)	2004	Índia	Ásia
Chhatrapati Shivaji Terminus (formerly Victoria Terminus) (India)	2004	Índia	Ásia
Complex of Koguryo Tombs (Democratic People's Republic of Korea)	2004	Coreia do Sul	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iv)(v)	Geográfica; étnica	Civilização inca
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geo- gráfica	Zoroastrismo; islamismo
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(ii)(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)(v)(vi)	Religiosa; geo- gráfica	Islamismo; hinduísmo
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Dresden Elbe Valley (Germany) Delisted 2009	2004		
Ensemble of the Novodevichy Convent (Russian Federation)	2004	Rússia	Europa; Ásia
Etruscan Necropolises of Cerveteri and Tarquinia (Italy)	2004	Itália	Europa
Grimeton Radio Station, Varberg (Sweden)	2004	Suécia	Europa
Kernavė Archaeological Site (Cultural Reserve of Kernavė) (Lithuania)	2004	Lituânia	Europa
Koutammakou, the Land of the Batammariba (Togo)	2004	Togo	África
Landscape of the Pico Island Vineyard Culture (Portugal)	2004	Portugal	Europa
Liverpool – Maritime Mercantile City (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland) Delisted 2021	2004		
Luis Barragán House and Studio (Mexico)	2004	México	América do Norte
Madrü-Perafita-Claror Valley (Andorra)	2004	Andorra	Europa
Medieval Monuments in Kosovo (Serbia)	2004	Sérvia	Europa
Muskauer Park / Park Mużakowski (Germany) *	2004	Alemanha	Europa
Orkhon Valley Cultural Landscape (Mongolia)	2004	Mongólia	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)(iv)(v)		
Cultural		(i)(iv)(vi)		
Cultural		(i)(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(v)(vi)	Religiosa; geográfica; tipológica	Culto
Cultural	Sim	(iii)(v)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(i)(ii)	Geográfica; tipológica	Modernismo
Cultural	Sim	(v)		
Cultural, em perigo		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(i)(iv)		
Cultural	Sim	(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica	Budismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Pasargadae (Iran (Islamic Republic of))	2004	Irã	Ásia; Oriente Médio
Petroglyphs of the Archaeological Landscape of Tanbaly (Kazakhstan)	2004	Cazaquistão	Ásia
Portuguese City of Mazagan (El Jadida) (Morocco)	2004	Marrocos	África
Royal Exhibition Building and Carlton Gardens (Australia)	2004	Austrália	Oceania
Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range (Japan)	2004	Japão	Ásia
Tomb of Askia (Mali)	2004	Mali	África
Town Hall and Roland on the Marketplace of Bremen (Germany)	2004	Alemanha	Europa
Um er-Rasas (Kastrom Mefa'a) (Jordan)	2004	Jordânia	Ásia; Oriente Médio
Val d'Orcia (Italy)	2004	Itália	Europa
Vegaøyan – The Vega Archipelago (Norway)	2004	Noruega	Europa
Þingvellir National Park (Iceland)	2004	Islândia	Europa
Architectural, Residential and Cultural Complex of the Radziwill Family at Nesvizh (Belarus)	2005	Bielorrússia	Europa
Biblical Tels - Megiddo, Hazor, Beer Sheba (Israel)	2005	Israel	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilização persa
Cultural	Sim	(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(ii)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo; xintoísmo
Cultural, em perigo		(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica; tipológica	
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Social	Movimento social
Cultural		(i)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(iv)(vi)		
Cultural	Sim	(v)		
Cultural		(iii)(vi)	Social	Movimento social
Cultural		(ii)(iv)(vi)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
<u>Historic Centre of Macao (China)</u>	2005	China	Ásia
<u>Historic Centres of Berat and Gjirokastra (Albania)</u>	2005	Albânia	Europa
<u>Historical Centre of the City of Yaroslavl (Russian Federation)</u>	2005	Rússia	Europa
<u>Humberstone and Santa Laura Saltpeter Works (Chile)</u>	2005	Chile	América do Sul
<u>Incense Route - Desert Cities in the Negev (Israel)</u>	2005	Israel	Ásia; Oriente Médio
<u>Kunya-Urgench (Turkmenistan)</u>	2005	Turcomenistão	Ásia
<u>Le Havre, the City Rebuilt by Auguste Perret (France)</u>	2005	França	Europa
<u>Old Bridge Area of the Old City of Mostar (Bosnia and Herzegovina)</u>	2005	Bósnia e Herzegovina	Europa
<u>Osun-Osogbo Sacred Grove (Nigeria)</u>	2005	Nigéria	África
<u>Plantin-Moretus House-Workshops-Museum Complex (Belgium)</u>	2005	Bélgica	Europa
<u>Qal'at al-Bahrain – Ancient Harbour and Capital of Dilmun (Bahrain)</u>	2005	Bahrain	Ásia; Oriente Médio
<u>Soltaniyeh (Iran (Islamic Republic of))</u>	2005	Irã	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica; social; tipológica	Trabalho; industrial; movimento social
Cultural		(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa; geográfica; étnica	Islamismo; civilização corásmia
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(vi)		
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Politeísmo; cultura iorubá
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
<u>Struve Geodetic Arc (Belarus) *</u>	2005	Bielorrússia; Finlândia; Estônia; Letônia; Lituânia; Mol- davia; Suécia; Rússia; Ucrânia	Europa
<u>Syracuse and the Rocky Necropolis of Pantalica (Italy)</u>	2005	Itália	Europa
<u>Urban Historic Centre of Cienfuegos (Cuba)</u>	2005	Cuba	América Central
<u>Aapravasi Ghat (Mauritius)</u>	2006	Maurício	África
<u>Aflaj Irrigation Systems of Oman (Oman)</u>	2006	Omã	Ásia; Oriente Médio
<u>Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila (Mexico)</u>	2006	México	América do Norte
<u>Bisotun (Iran (Islamic Republic of))</u>	2006	Irã	Ásia; Oriente Médio
<u>Centennial Hall in Wrocław (Poland)</u>	2006	Polônia	Europa
<u>Chongoni Rock-Art Area (Malawi)</u>	2006	Malawi	África
<u>Cornwall and West Devon Mining Landscape (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)</u>	2006	Reino Unido	Europa
<u>Crac des Chevaliers and Qal'at Salah El-Din (Syrian Arab Republic)</u>	2006	Síria	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iv)(vi)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(vi)	Geográfica; social; tipológica	Trabalho; escravidão
Cultural		(v)	Geográfica	
Cultural	Sim	(ii)(iv)(v)(vi)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; étnica	Civilização persa
Cultural		(i)(ii)(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica; social	Culto; gênero
Cultural	Sim	(ii)(iii)(iv)	Social; tipológica	Trabalho; industrial
Cultural, em perigo		(ii)(iv)	Geográfica	Islamismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
<u>Genoa: Le Strade Nuove and the system of the Palazzi dei Rolli (Italy)</u>	2006	Itália	Europa
<u>Harar Jugol, the Fortified Historic Town (Ethiopia)</u>	2006	Etiópia	África
<u>Kondoa Rock-Art Sites (United Republic of Tanzania)</u>	2006	Tanzânia	África
<u>Old town of Regensburg with Stadtamhof (Germany)</u>	2006	Alemanha	Europa
<u>Sewell Mining Town (Chile)</u>	2006	Chile	América do Sul
<u>Stone Circles of Senegambia (Gambia (the))</u> * —	2006	Gâmbia; Senegal	África
<u>Vizcaya Bridge (Spain)</u>	2006	Espanha	Europa
<u>Yin Xu (China)</u>	2006	China	Ásia
<u>Bordeaux, Port of the Moon (France)</u>	2007	França	Europa
<u>Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (Mexico)</u>	2007	México	América do Norte
<u>Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda (Gabon)</u>	2007	Gabão	África
<u>Gamzigrad-Romuliana, Palace of Galerius (Serbia)</u>	2007	Sérvia	Europa
<u>Gobustan Rock Art Cultural Landscape (Azerbaijan)</u>	2007	Azerbaijão	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)(v)	Religiosa; geográfica; étnica	Islamismo; civilizações
Cultural		(iii)(vi)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(ii)	Geográfica; social; tipológica	Trabalho; industrial
Cultural		(i)(iii)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(i)(ii)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Civilização yin-shang
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(i)(ii)(iv)	Geográfica; social; tipológica	Modernismo
Misto	Sim	(iii)(iv)(ix)(x)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(iii)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape (Japan)	2007	Japão	Ásia
Kaiping Diaolou and Villages (China)	2007	China	Ásia
Lavaux, Vineyard Terraces (Switzerland)	2007	Suíça	Europa
Mehmed Paša Sokolović Bridge in Višegrad (Bosnia and Herzegovina)	2007	Bósnia e Herze-govina	Europa
Old Town of Corfu (Greece)	2007	Grécia	Europa
Parthian Fortresses of Nisa (Turkmenistan)	2007	Turcomenistão	Ásia
Red Fort Complex (India)	2007	Índia	Ásia
Richtersveld Cultural and Botanical Landscape (South Africa)	2007	África do Sul	África
Rideau Canal (Canada)	2007	Canadá	América do Norte
Samarra Archaeological City (Iraq)	2007	Iraque	Ásia; Oriente Médio
Sydney Opera House (Australia)	2007	Austrália	Oceania
Twyfelfontein or /Ui-//aes (Namibia)	2007	Namíbia	África
Armenian Monastic Ensembles of Iran (Iran (Islamic Republic of))	2008	Irã	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural	Sim	(ii)(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	Arquitetura americana
Cultural		(iii)(iv)(v)		
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iv)		
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica	Civilização parta
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Geográfica	
Cultural	Sim	(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(i)(iv)		
Cultural, em perigo		(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(i)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(v)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Bahá'í Holy Places in Haifa and the Western Galilee (Israel)	2008	Israel	Ásia; Oriente Médio
Berlin Modernism Housing Estates (Germany)	2008	Alemanha	Europa
Chief Roi Mata's Domain (Vanuatu)	2008	Vanuatu	Oceania
Fortifications of Vauban (France)	2008	França	Europa
Fujian Tulou (China)	2008	China	Ásia
Hegra Archaeological Site (al-Hijr / Madā in ʿāli) (Saudi Arabia)	2008	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio
Historic Centre of Camagüey (Cuba)	2008	Cuba	América Central
Kuk Early Agricultural Site (Papua New Guinea)	2008	Papua Nova-Guiné	Oceania
Le Morne Cultural Landscape (Mauritius)	2008	Maurício	África
Mantua and Sabbioneta (Italy)	2008	Itália	Europa
Melaka and George Town, Historic Cities of the Straits of Malacca (Malaysia)	2008	Malásia	Ásia
Protective town of San Miguel and the Sanctuary of Jesús Nazareno de Atotonilco (Mexico)	2008	México	América do Norte
Rhaetian Railway in the Albula / Bernina Landscapes (Italy) *	2008	Itália	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Fé bahá'í
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural	Sim	(iii)(v)(vi)	Geográfica	
Cultural		(i)(ii)(iv)		
Cultural		(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; étnica	Civilização nabateia
Cultural		(iv)(v)	Geográfica	Colonização
Cultural	Sim	(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural	Sim	(iii)(vi)	Geográfica; social	Escravidão; memória difícil; movimento social
Cultural		(ii)(iii)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; social	Independência
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Século XX

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Sacred Mijikenda Kaya Forests (Kenya)	2008	Quênia	África
San Marino Historic Centre and Mount Titano (San Marino)	2008	San Marino	Europa
Stari Grad Plain (Croatia)	2008	Croácia	Europa
Temple of Preah Vihear (Cambodia)	2008	Camboja	Ásia
Wooden Churches of the Slovak part of the Carpathian Mountain Area (Slovakia)	2008	Eslováquia	Europa
Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande (Cabo Verde)	2009	Cabo Verde	África
La Chaux-de-Fonds / Le Locle, Watchmaking Town Planning (Switzerland)	2009	Suíça	Europa
Mount Wutai (China)	2009	China	Ásia
Pontcysyllte Aqueduct and Canal (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2009	Reino Unido	Europa
Royal Tombs of the Joseon Dynasty (Republic of Korea)	2009	Coreia do Sul	Ásia
Ruins of Loropéni (Burkina Faso)	2009	Burquina Fasso	África
Sacred City of Caral-Supe (Peru)	2009	Peru	América do Sul
Shushtar Historical Hydraulic System (Iran, Islamic Republic of)	2009	Irã	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural	Sim	(iii)(v)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)		
Cultural	Sim	(ii)(iii)(v)		
Cultural		(i)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Geográfica; étnica; social	Povo creole; escravidão; memória difícil
Cultural		(iv)	Social	Trabalho; industrial
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(i)(ii)(iv)	Tipológica	Industrial
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilização caral
Cultural		(i)(ii)(v)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Stoclet House (Belgium)	2009	Bélgica	Europa
Sulaiman-Too Sacred Mountain (Kyrgyzstan)	2009	Quirguistão	Ásia
Tower of Hercules (Spain)	2009	Espanha	Europa
At-Turaif District in ad-Dir'iyah (Saudi Arabia)	2010	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio
Australian Convict Sites (Australia)	2010	Austrália	Oceania
Bikini Atoll Nuclear Test Site (Marshall Islands)	2010	Ilhas Marshall	Oceania
Camino Real de Tierra Adentro (Mexico)	2010	México	América do Norte
Central Sector of the Imperial Citadel of Thang Long - Hanoi (Viet Nam)	2010	Vietnã	Ásia
Episcopal City of Albi (France)	2010	França	Europa
Historic Monuments of Dengfeng in "The Centre of Heaven and Earth" (China)	2010	China	Ásia
Historic Villages of Korea: Hahoe and Yangdong (Republic of Korea)	2010	Coreia do Sul	Ásia
Papahānaumokuākea (United States of America)	2010	Estados Unidos	América do Norte
Prehistoric Caves of Yagul and Mitla in the Central Valley of Oaxaca (Mexico)	2010	México	América do Norte

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(i)(ii)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)		
Cultural		(iv)(v)(vi)	Geográfica	
Cultural		(iv)(vi)	Geográfica; social	Memória difícil
Cultural		(iv)(vi)	Geográfica; social	Memória difícil
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Geográfica; social	Independência
Cultural		(iv)(v)		
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	
Misto		(iii)(vi)(viii)(ix)(x)	Social	Autóctone
Cultural	Sim	(iii)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Proto-urban Site of Sarazm (Tajikistan)	2010	Tajiquistão	Ásia
São Francisco Square in the Town of São Cristóvão (Brazil)	2010	Brasil	América do Sul
Seventeenth-Century Canal Ring Area of Amsterdam inside the Singelgracht (Netherlands)	2010	Holanda	Europa
Sheikh Safi al-din Khānegāh and Shrine Ensemble in Ardabil (Iran (Islamic Republic of))	2010	Irã	Ásia; Oriente Médio
Tabriz Historic Bazaar Complex (Iran (Islamic Republic of))	2010	Irã	Ásia; Oriente Médio
The Jantar Mantar, Jaipur (India)	2010	Índia	Ásia
Ancient Villages of Northern Syria (Syrian Arab Republic)	2011	Síria	Ásia; Oriente Médio
Archaeological Sites of the Island of Meroe (Sudan)	2011	Sudão	África
Citadel of the Ho Dynasty (Viet Nam)	2011	Vietnã	Ásia
Coffee Cultural Landscape of Colombia (Colombia)	2011	Colômbia	América do Sul
Cultural Landscape of the Serra de Tramuntana (Spain)	2011	Espanha	Europa
Cultural Sites of Al Ain (Hafit, Hili, Bidaa Bint Saud and Oases Areas) (United Arab Emirates)	2011	Emirados Árabes	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; étnica; social	Civilizações; trabalho
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(i)(ii)(iv)		
Cultural		(i)(ii)(iv)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica; social	Tecnologia
Cultural; em perigo		(iii)(iv)(v)	Religiosa; geográfica; étnica	Culto; civilizações
Cultural		(ii)(iii)(iv)(v)	Geográfica; étnica	Civilização cuxita
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural	Sim	(v)(vi)	Geográfica; tipológica	
Cultural	Sim	(ii)(iv)(v)		
Cultural		(iii)(iv)(v)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Fagus Factory in Alfeld (Germany)	2011	Alemanha	Europa
Fort Jesus, Mombasa (Kenya)	2011	Quênia	África
Hiraizumi – Temples, Gardens and Archaeological Sites Representing the Buddhist Pure Land (Japan)	2011	Japão	Ásia
Historic Bridgetown and its Garrison (Barbados)	2011	Barbados	América do Norte
Konso Cultural Landscape (Ethiopia)	2011	Etiópia	África
León Cathedral (Nicaragua)	2011	Nicarágua	América do Norte
Longobards in Italy. Places of the Power (568-774 A.D.) (Italy)	2011	Itália	Europa
Petroglyphic Complexes of the Mongolian Altai (Mongolia)	2011	Mongólia	Ásia
Prehistoric Pile Dwellings around the Alps (Austria) *	2011	Áustria; França; Alemanha; Itália; Eslovênia; Suíça	Europa
Residence of Bukovinian and Dalmatian Metropolitans (Ukraine)	2011	Ucrânia	Europa
Saloum Delta (Senegal)	2011	Senegal	África
Selimiye Mosque and its Social Complex (Türkiye)	2011	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(ii)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	Colonização; arquitetura europeia
Cultural	Sim	(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(vi)		
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(iv)(v)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(i)(iv)	Religiosa; geográfica	Islamismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape (France)	2011	França	Europa
The Persian Garden (Iran (Islamic Republic of))	2011	Irã	Ásia; Oriente Médio
Wadi Rum Protected Area (Jordan)	2011	Jordânia	Ásia
West Lake Cultural Landscape of Hangzhou (China)	2011	China	Ásia
Archaeological Heritage of the Lenggong Valley (Malaysia)	2012	Malásia	Ásia
Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes (Senegal)	2012	Senegal	África
Birthplace of Jesus: Church of the Nativity and the Pilgrimage Route, Bethlehem (Palestine)	2012	Palestina	Ásia; Oriente Médio
Cultural Landscape of Bali Province: the Subak System as a Manifestation of the Tri Hita Karana Philosophy (Indonesia)	2012	Indonésia	Ásia
Decorated Farmhouses of Hälsingland (Sweden)	2012	Suécia	Europa
Garrison Border Town of Elvas and its Fortifications (Portugal)	2012	Portugal	Europa
Gonbad-e Qābus (Iran (Islamic Republic of))	2012	Irã	Ásia; Oriente Médio
Heritage of Mercury. Almadén and Idrija (Slovenia) *	2012	Eslovênia; Espanha	Europa
Historic Town of Grand-Bassam (Côte d'Ivoire)	2012	Costa do Marfim	África

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural	Sim	(iii)(v)		
Cultural	Sim	(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Geográfica	
Misto		(iii)(v)(vii)	Geográfica	
Cultural	Sim	(ii)(iii)(vi)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural	Sim	(iii)(v)(vi)	Geográfica; étnica	Povo bassari; povo fula; povo bedik
Cultural		(iv)(vi)	Geográfica	Cristianismo
Cultural	Sim	(ii)(iii)(v)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(v)		
Cultural		(iv)		
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica; étnica	Islamismo; civilização ziyarid
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	Colonização

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Landscape of Grand Pré (Canada)	2012	Canadá	América do Norte
Major Mining Sites of Wallonia (Belgium)	2012	Bélgica	Europa
Margravial Opera House Bayreuth (Germany)	2012	Alemanha	Europa
Masjed-e Jāmé of Isfahan (Iran (Islamic Republic of))	2012	Irã	Ásia; Oriente Médio
Neolithic Site of Çatalhöyük (Türkiye)	2012	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Nord-Pas de Calais Mining Basin (France)	2012	França	Europa
Pearling, Testimony of an Island Economy (Bahrain)	2012	Bahrain	Ásia; Oriente Médio
Rabat, Modern Capital and Historic City: a Shared Heritage (Morocco)	2012	Marrocos	África
Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea (Brazil)	2012	Brasil	América do Sul
Rock Islands Southern Lagoon (Palau)	2012	Palau	Oceania
Site of Xanadu (China)	2012	China	Ásia
Sites of Human Evolution at Mount Carmel: The Nahal Me'arot / Wadi el-Mughara Caves (Israel)	2012	Israel	Ásia; Oriente Médio
Al Zubarah Archaeological Site (Qatar)	2013	Catar	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural	Sim	(v)(vi)		
Cultural		(ii)(iv)	Social; tipológica	Trabalho; industrial
Cultural		(i)(iv)		
Cultural		(ii)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)(vi)	Social; tipológica	Trabalho; industrial
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(v)(vi)	Geográfica	
Misto		(iii)(v)(vii)(ix)(x)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Budismo; taoísmo; civilizações
Cultural		(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)(v)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Ancient City of Tauric Chersonese and its Chora (Ukraine)	2013	Ucrânia	Europa
Bergpark Wilhelmshöhe (Germany)	2013	Alemanha	Europa
Cultural Landscape of Honghe Hani Rice Terraces (China)	2013	China	Ásia
Fujisan, sacred place and source of artistic inspiration (Japan)	2013	Japão	Ásia
Golestan Palace (Iran (Islamic Republic of))	2013	Irã	Ásia; Oriente Médio
Hill Forts of Rajasthan (India)	2013	Índia	Ásia
Historic Centre of Agadez (Niger)	2013	Nigéria	África
Historic Monuments and Sites in Kaesong (Democratic People's Republic of Korea)	2013	Coreia do Norte	Ásia
Levuka Historical Port Town (Fiji)	2013	Fiji	Oceania
Medici Villas and Gardens in Tuscany (Italy)	2013	Itália	Europa
Red Bay Basque Whaling Station (Canada)	2013	Canadá	América do Norte
University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal)	2013	Portugal	Europa
Wooden Tserkvas of the Carpathian Region in Poland and Ukraine (Poland) *	2013	Polônia	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(v)		
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(iii)(v)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; tipológica	Vernacular
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa; geográfica; social	Budismo; civilização koryo
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(ii)(iv)(vi)		
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)(vi)		
Cultural		(iii)(iv)		

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Bolgat Historical and Archaeological Complex (Russian Federation)	2014	Rússia	Europa; Ásia
Bursa and Cumalikizik: the Birth of the Ottoman Empire (Türkiye)	2014	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Carolingian Westwork and Civitas Corvey (Germany)	2014	Alemanha	Europa
Caves of Maresha and Bet-Guvrin in the Judean Lowlands as a Microcosm of the Land of the Caves (Israel)	2014	Israel	Ásia; Oriente Médio
Decorated Cave of Pont d'Arc, known as Grotte Chauvet-Pont d'Arc, Ardèche (France)	2014	França	Europa
Erbil Citadel (Iraq)	2014	Iraque	Ásia; Oriente Médio
Historic Jeddah, the Gate to Makkah (Saudi Arabia)	2014	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio
Monumental Earthworks of Poverty Point (United States of America)	2014	Estados Unidos	América do Norte
Namhansanseong (Republic of Korea)	2014	Coreia do Sul	Ásia
Palestine: Land of Olives and Vines – Cultural Landscape of Southern Jerusalem, Battir (Palestine)	2014	Palestina	Ásia; Oriente Médio
Pergamon and its Multi-Layered Cultural Landscape (Türkiye)	2014	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Precolumbian Chiefdom Settlements with Stone Spheres of the Diquís (Costa Rica)	2014	Costa Rica	América do Norte

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(vi)	Religiosa	Islamismo
Cultural		(i)(ii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(v)	Geográfica; social	Tecnologia
Cultural		(i)(iii)		
Cultural		(iv)	Geográfica; étnica	Civilização assíria
Cultural		(ii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(iii)		
Cultural		(ii)(iv)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural; em perigo		(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)	Geográfica; étnica	Civilizações pré-colombianas

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Pyu Ancient Cities (Myanmar)	2014	Myanmar	Ásia
Qhapaq Ñan, Andean Road System (Argentina) *	2014	Argentina; Bolívia; Chile; Equador; Peru	América do Sul
Rani-ki-Vav (the Queen's Stepwell) at Patan, Gujarat (India)	2014	Índia	Ásia
Shahr-i Sokhta (Iran (Islamic Republic of))	2014	Irã	Ásia; Oriente Médio
Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor (China) *	2014	China; Cazaquistão; Quirguistão	Ásia
The Grand Canal (China)	2014	China	Ásia
Tomioka Silk Mill and Related Sites (Japan)	2014	Japão	Ásia
Trang An Landscape Complex (Viet Nam)	2014	Vietnã	Ásia
Van Nellefabriek (Netherlands)	2014	Holanda	Europa
Vineyard Landscape of Piedmont: Langhe-Roero and Monferrato (Italy)	2014	Itália	Europa
Aqueduct of Padre Tembleque Hydraulic System (Mexico)	2015	México	América do Norte
Arab-Norman Palermo and the Cathedral Churches of Cefalù and Monreale (Italy)	2015	Itália	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Geográfica; étnica	Civilização inca
Cultural		(i)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica; étnica; social	Civilizações; urbanização
Cultural		(ii)(iii)(v)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Budismo; zoroastrismo; maniqueísmo; civilizações
Cultural		(i)(iii)(iv)(vi)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Industrial
Misto	Sim	(v)(vii)(viii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Social; tipológica	Modernismo; tecnologia
Cultural	Sim	(iii)(v)		
Cultural		(i)(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)		

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Baekje Historic Areas (Republic of Korea)	2015	Coreia do Sul	Ásia
Baptism Site “Bethany Beyond the Jordan” (Al-Maghtas) (Jordan)	2015	Jordânia	Ásia; Oriente Médio
Blue and John Crow Mountains (Jamaica)	2015	Jamaica	América do Norte
Champagne Hillsides, Houses and Cellars (France)	2015	França	Europa
Christiansfeld, a Moravian Church Settlement (Denmark)	2015	Dinamarca	Europa
Cultural Landscape of Maymand (Iran (Islamic Republic of))	2015	Irã	Ásia; Oriente Médio
Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape (Türkiye)	2015	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Ephesus (Türkiye)	2015	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Fray Bentos Industrial Landscape (Uruguay)	2015	Uruguai	América do Sul
Great Burkhan Khaldun Mountain and its surrounding sacred landscape (Mongolia)	2015	Mongólia	Ásia
Necropolis of Bet She’arim: A Landmark of Jewish Renewal (Israel)	2015	Israel	Ásia; Oriente Médio
Rjukan-Notodden Industrial Heritage Site (Norway)	2015	Noruega	Europa
Rock Art in the Hail Region of Saudi Arabia (Saudi Arabia)	2015	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(iii)(vi)	Geográfica	Cristianismo
Misto		(iii)(vi)(x)	Geográfica; social	Movimento social; escravidão; refugiados
Cultural		(iii)(iv)(vi)		
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(v)	Geográfica	
Cultural	Sim	(iv)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; social; tipológica	Trabalho; industrial; imigração
Cultural		(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa; geográfica	Judaísmo
Cultural		(ii)(iv)	Tipológica	Industrial
Cultural		(i)(iii)	Geográfica	

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
San Antonio Missions (United States of America)	2015	Estados Unidos	América do Norte
Singapore Botanic Gardens (Singapore)	2015	Singapura	Ásia
Sites of Japan's Meiji Industrial Revolution: Iron and Steel, Shipbuilding and Coal Mining (Japan)	2015	Japão	Ásia
Speicherstadt and Kontorhaus District with Chilehaus (Germany)	2015	Alemanha	Europa
Susa (Iran (Islamic Republic of))	2015	Irã	Ásia; Oriente Médio
The Climats, terroirs of Burgundy (France)	2015	França	Europa
The Forth Bridge (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2015	Reino Unido	Europa
The par force hunting landscape in North Zealand (Denmark)	2015	Dinamarca	Europa
Tusi Sites (China)	2015	China	Ásia
Antequera Dolmens Site (Spain)	2016	Espanha	Europa
Antigua Naval Dockyard and Related Archaeological Sites (Antigua and Barbuda)	2016	Antígua e Barbuda	América Central
Archaeological Site of Ani (Türkiye)	2016	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Archaeological Site of Nalanda Mahavihara at Nalanda, Bihar (India)	2016	Índia	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização; arquitetura europeia
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Industrial
Cultural		(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(i)(ii)(iii)(iv)	Geográfica; étnica; social	Civilização mesopotâmica; civilização elamita; urbanização
Cultural		(iii)(v)		
Cultural		(i)(iv)	Tipológica	Modernismo; tecnologia
Cultural	Sim	(ii)(iv)		
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; étnica; social	Organização social
Cultural		(i)(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Budismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Archaeological Site of Philippi (Greece)	2016	Grécia	Europa
Ennedi Massif: Natural and Cultural Landscape (Chad)	2016	Chade	África
Gorham's Cave Complex (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2016	Reino Unido	Europa
Khangchendzonga National Park (India)	2016	Índia	Ásia
Nan Madol: Ceremonial Centre of Eastern Micronesia (Micronesia (Federated States of))	2016	Micronésia	Oceania
Pampulha Modern Ensemble (Brazil)	2016	Brasil	América do Sul
Stećci Medieval Tombstone Graveyards (Bosnia and Herzegovina) *	2016	Bósnia e Herzegovina; Croácia; Sérvia; Montenegro	Europa
The Ahwar of Southern Iraq: Refuge of Biodiversity and the Relict Landscape of the Mesopotamian Cities (Iraq)	2016	Iraque	Ásia; Oriente Médio
The Architectural Work of Le Corbusier, an Outstanding Contribution to the Modern Movement (Argentina) *	2016	Argentina; Bélgica; França; Alemanha; Índia; Japão; Suíça	América do Sul; Ásia; Europa
The Persian Qanat (Iran (Islamic Republic of))	2016	Irã	Ásia; Oriente Médio
Zuojiang Huashan Rock Art Cultural Landscape (China)	2016	China	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iii)(iv)		
Misto	Sim	(iii)(vii)(ix)	Geográfica	
Cultural		(iii)		
Cultural		(iii)(vi)(vii)(x)	Religiosa; geográfica; étnica	Budismo; civilizações
Cultural; em perigo		(i)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(i)(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Modernismo; "influência europeia"
Cultural		(iii)(vi)		
Misto		(iii)(v)(ix)(x)		
Cultural		(i)(ii)(vi)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilizações
Cultural	Sim	(iii)(vi)	Geográfica; étnica	Civilização luoyue

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Aphrodisias (Türkiye)	2017	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Asmara: A Modernist African City (Eritrea)	2017	Eritreia	África
Assumption Cathedral and Monastery of the town-island of Sviyazhsk (Russian Federation)	2017	Rússia	Europa; Ásia
Caves and Ice Age Art in the Swabian Jura (Germany)	2017	Alemanha	Europa
Hebron/Al-Khalil Old Town (Palestine)	2017	Palestina	Ásia; Oriente Médio
Historic City of Ahmadabad (India)	2017	Índia	Ásia
Historic City of Yazd (Iran (Islamic Republic of))	2017	Irã	Ásia; Oriente Médio
Kujataa Greenland: Norse and Inuit Farming at the Edge of the Ice Cap (Denmark)	2017	Dinamarca	Europa
Kulangsu, a Historic International Settlement (China)	2017	China	Ásia
Mbanza Kongo, Vestiges of the Capital of the former Kingdom of Kongo (Angola)	2017	Angola	África
Sacred Island of Okinoshima and Associated Sites in the Munakata Region (Japan)	2017	Japão	Ásia
Taputapuātea (France)	2017	França	Europa
Tarnowskie Góry Lead-Silver-Zinc Mine and its Underground Water Management System (Poland)	2017	Polônia	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Modernismo; colonização
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iii)		
Cultural		(ii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica	Islamismo; judaísmo
Cultural		(ii)(v)	Geográfica	
Cultural		(iii)(v)	Religiosa; geográfica	Islamismo; judaísmo; zoroastrismo
Cultural		(v)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	Colonização
Cultural		(ii)(iii)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Culto; civilização maori
Cultural		(i)(ii)(iv)	Tipológica	Industrial

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Temple Zone of Sambor Prei Kuk, Archaeological Site of Ancient Ishanapura (Cambodia)	2017	Camboja	Ásia
The English Lake District (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2017	Reino Unido	Europa
Valongo Wharf Archaeological Site (Brazil)	2017	Brasil	América do Sul
Venetian Works of Defence between the 16th and 17th Centuries: Stato da Terra – Western Stato da Mar (Croatia) *	2017	Croácia; Itália; Montenegro	Europa
Khomani Cultural Landscape (South Africa)	2017	África do Sul	África
Aasivissuit – Nipisat. Inuit Hunting Ground between Ice and Sea (Denmark)	2018	Dinamarca	Europa
Al-Ahsa Oasis, an Evolving Cultural Landscape (Saudi Arabia)	2018	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio
Ancient City of Qalhat (Oman)	2018	Omã	Ásia; Oriente Médio
Archaeological Border complex of Hedeby and the Danevirke (Germany)	2018	Alemanha	Europa
Caliphate City of Medina Azahara (Spain)	2018	Espanha	Europa
Chiribiquete National Park – “The Maloca of the Jaguar” (Colombia)	2018	Colômbia	América do Sul
Göbekli Tepe (Türkiye)	2018	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
Hidden Christian Sites in the Nagasaki Region (Japan)	2018	Japão	Ásia

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Hinduísmo; budismo; civilização khmer
Cultural		(ii)(v)(vi)		
Cultural		(vi)	Geográfica; social	Escravidão; memória difícil
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural	Sim	(v)(vi)	Geográfica; étnica	Civilizações; autóctone
Cultural		(v)		
Cultural		(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(iii)(iv)	Religiosa	Islamismo
Misto		(iii)(ix)(x)	Geográfica; étnica	Autóctone
Cultural		(i)(ii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(iii)	Geográfica	Cristianismo

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Ivrea, industrial city of the 20th century (Italy)	2018	Itália	Europa
Naumburg Cathedral (Germany)	2018	Alemanha	Europa
Pimachiowin Aki (Canada)	2018	Canadá	América do Norte
Sansa, Buddhist Mountain Monasteries in Korea (Republic of Korea)	2018	Coreia do Sul	Ásia
Sassanid Archaeological Landscape of Fars Region (Iran (Islamic Republic of))	2018	Irã	Ásia; Oriente Médio
Tehuacán-Cuicatlán Valley: originary habitat of Mesoamerica (Mexico)	2018	México	América do Norte
Thimlich Ohinga Archaeological Site (Kenya)	2018	Quênia	África
Victorian Gothic and Art Deco Ensembles of Mumbai (India)	2018	Índia	Ásia
Ancient Ferrous Metallurgy Sites of Burkina Faso (Burkina Faso)	2019	Burquina Fasso	África
Archaeological Ruins of Liangzhu City (China)	2019	China	Ásia
Babylon (Iraq)	2019	Iraque	Ásia; Oriente Médio
Bagan (Myanmar)	2019	Myanmar	Ásia
Budj Bim Cultural Landscape (Australia)	2019	Austrália	Oceania

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iv)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(i)(ii)		
Misto		(iii)(vi)(ix)	Étnica	Autóctone; povo anishinaabeg
Cultural		(iii)	Religiosa; geográfica	Budismo
Cultural		(ii)(iii)(v)	Religiosa; geográfica; étnica	Zoroastrismo; civilização sassânida
Misto		(iv)(x)	Geográfica	
Cultural		(iii)(iv)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica	Arquitetura europeia
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Geográfica; social	Trabalho; industrial
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(iii)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Religiões abraâmicas; civilizações
Cultural		(iii)(iv)(vi)	Religiosa; geográfica; étnica	Budismo; civilização bagan
Cultural	Sim	(iii)(v)	Geográfica; étnica	Autóctone; povo gunditj-mara

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
<u>Churches of the Pskov School of Architecture (Russian Federation)</u>	2019	Rússia	Europa; Ásia
<u>Dilmun Burial Mounds (Bahrain)</u>	2019	Bahrain	Ásia
<u>Erzgebirge/Krušnohoří Mining Region (Czechia) *</u>	2019	República Tcheca; Alemanha	Europa
<u>Historic Centre of Sheki with the Khan's Palace (Azerbaijan)</u>	2019	Azerbaijão	Ásia
<u>Jaipur City, Rajasthan (India)</u>	2019	Índia	Ásia
<u>Jodrell Bank Observatory (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)</u>	2019	Reino Unido	Europa
<u>Krzemionki Prehistoric Striped Flint Mining Region (Poland)</u>	2019	Polónia	Europa
<u>Landscape for Breeding and Training of Ceremonial Carriage Horses at Kladruhy nad Labem (Czechia)</u>	2019	República Tcheca	Europa
<u>Le Colline del Prosecco di Conegliano e Valdobbiadene (Italy)</u>	2019	Itália	Europa
<u>Megalithic Jar Sites in Xiengkhuang – Plain of Jars (Lao People's Democratic Republic)</u>	2019	Laos	Ásia
<u>Mozu-Furuichi Kofun Group: Mounded Tombs of Ancient Japan (Japan)</u>	2019	Japão	Ásia
<u>Ombilin Coal Mining Heritage of Sawahlunto (Indonesia)</u>	2019	Indonésia	Ásia
<u>Paraty and Ilha Grande – Culture and Biodiversity (Brazil)</u>	2019	Brasil	América do Sul

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(ii)		
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilização dilmun
Cultural		(ii)(iii)(iv)	Tipológica	Industrial
Cultural		(ii)(v)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)(vi)	Geográfica	
Cultural		(i)(ii)(iv)(vi)	Tipológica	Século XX
Cultural		(iii)(iv)		
Cultural		(iv)(v)		
Cultural		(v)		
Cultural		(iii)	Geográfica; étnica	Civilizações
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; social	Colonização; tecnologia europeia
Misto	Sim	(v)(x)	Geográfica; étnica	Autóctone

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Risco Caído and the Sacred Mountains of Gran Canaria Cultural Landscape (Spain)	2019	Espanha	Europa
Royal Building of Mafra – Palace, Basilica, Convent, Cerco Garden and Hunting Park (Tapada) (Portugal)	2019	Portugal	Europa
Sanctuary of Bom Jesus do Monte in Braga (Portugal)	2019	Portugal	Europa
Seowon, Korean Neo-Confucian Academies (Republic of Korea)	2019	Coreia do Sul	Ásia
The 20th-Century Architecture of Frank Lloyd Wright (United States of America)	2019	Estados Unidos	América do Norte
Water Management System of Augsburg (Germany)	2019	Alemanha	Europa
Writing-on-Stone / Áísínai’pi (Canada)	2019	Canadá	América do Norte
Arslantepe Mound (Türkiye)	2021	Turquia	Europa; Ásia; Oriente Médio
As-Salt - The Place of Tolerance and Urban Hospitality (Jordan)	2021	Jordânia	Ásia; Oriente Médio
Chankillo Archaeoastronomical Complex (Peru)	2021	Peru	América do Sul
Colonies of Benevolence (Belgium) *	2021	Bélgica; Holanda	Europa
Cordouan Lighthouse (France)	2021	França	Europa
Cultural Landscape of Hawraman/Uramanat (Iran (Islamic Republic of))	2021	Irã	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iii)(v)		
Cultural		(iv)		
Cultural		(iv)		
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)	Tipológica	Modernismo
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iii)	Étnica	Autóctone; povo blackfoot
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iii)	Geográfica; étnica	Povo beduíno
Cultural		(i)(iv)	Geográfica	
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(i)(iv)		
Cultural		(iii)(v)	Geográfica; étnica	Povo hawrami

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Dholavira: a Harappan City (India)	2021	Índia	Ásia
Frontiers of the Roman Empire – The Danube Limes (Western Segment) (Austria) *	2021	Áustria; Alemanha; Eslováquia	Europa
Frontiers of the Roman Empire – The Lower German Limes (Germany) *	2021	Alemanha; Holanda	Europa
Himā Cultural Area (Saudi Arabia)	2021	Arábia Saudita	Ásia; Oriente Médio
Jomon Prehistoric Sites in Northern Japan (Japan)	2021	Japão	Ásia
Kakatiya Rudreshwara (Ramappa) Temple, Telangana (India)	2021	Índia	Ásia
Mathildenhöhe Darmstadt (Germany)	2021	Alemanha	Europa
Nice, Winter Resort Town of the Riviera (France)	2021	França	Europa
Padua’s fourteenth-century fresco cycles (Italy)	2021	Itália	Europa
Paseo del Prado and Buen Retiro, a landscape of Arts and Sciences (Spain)	2021	Espanha	Europa
Petroglyphs of Lake Onega and the White Sea (Russian Federation)	2021	Rússia	Europa; Ásia
Quanzhou: Emporium of the World in Song-Yuan China (China)	2021	China	Ásia
Roșia Montană Mining Landscape (Romania)	2021	Romênia	Europa

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iii)(iv)	Geográfica; étnica	Civilização harapeana
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(ii)(iii)(iv)		
Cultural		(iii)	Geográfica	
Cultural		(iii)(v)	Geográfica	
Cultural		(i)(iii)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(ii)		
Cultural		(ii)		
Cultural		(ii)(iv)(vi)		
Cultural		(iii)		
Cultural		(iv)	Geográfica	
Cultural; em perigo		(ii)(iii)(iv)		

BEM	ANO DE INSCRIÇÃO	PAÍS	CONTINENTE
Settlement and Artificial Mummification of the Chinchorro Culture in the Arica and Parinacota Region (Chile)	2021	Chile	América do Sul
ShUM Sites of Speyer, Worms and Mainz (Germany)	2021	Alemanha	Europa
Sítio Roberto Burle Marx (Brazil)	2021	Brasil	América do Sul
Sudanese style mosques in northern Côte d'Ivoire (Côte d'Ivoire)	2021	Costa do Marfim	África
The Great Spa Towns of Europe (Austria) *	2021	Áustria; Bélgica; República Tcheca; França; Alemanha; Itália; Reino Unido	Europa
The Porticoes of Bologna (Italy)	2021	Itália	Europa
The Slate Landscape of Northwest Wales (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	2021	Reino Unido	Europa
The work of engineer Eladio Dieste: Church of Atlántida (Uruguay)	2021	Uruguai	América do Sul
The works of Jože Plečnik in Ljubljana – Human Centred Urban Design (Slovenia)	2021	Eslovênia	Europa
Trans-Iranian Railway (Iran (Islamic Republic of))	2021	Irã	Ásia; Oriente Médio

CATEGORIA	CULTURAL LANDSCAPE?	CRITÉRIOS	DIVERSIDADE	PALAVRAS-CHAVE
Cultural		(iii)(v)	Religiosa; geográfica	Culto
Cultural		(ii)(iii)(vi)	Religiosa; geográfica	Judaísmo
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Modernismo
Cultural		(ii)(iv)	Religiosa; geográfica	Islamismo
Cultural		(ii)(iii)		
Cultural		(iv)		
Cultural		(ii)(iv)		
Cultural		(iv)	Geográfica; tipológica	Modernismo
Cultural		(iv)		
Cultural		(ii)(iv)	Geográfica; tipológica	Século XX

